

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IV — N. 33 — SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 1960 — Cr\$ 5,00

UMA VITÓRIA DA DEMOCRACIA

Realizou-se em São Paulo a 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal, no salão nobre da prestigiosa Faculdade de Direito, promovida com o apoio de numerosas personalidades das mais representativas da vida brasileira, efetuada com o concurso de delegados da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que tomaram parte ativa e preponderante nos trabalhos, tendo as sessões plenárias decorrido no maior entusiasmo, ante um numerosíssimo e generosamente apaixonado público. A presidência da Conferência foi exemplarmente exercida, com um tato, uma firmeza e uma coragem inextinguíveis, pelo ilustre escritor, Embaixador Álvaro Lins, que delegados e público consagraram com significativas aclamações como aquele que mais uma vez encarnou, numa hora decisiva, a consciência da livre América. A luta tremenda que foi necessário vencer para que a Conferência se realizasse, e o papel que o Embaixador Álvaro Lins representou nessa Conferência, são do domínio público. Essa luta prova a que ponto é negra a consciência dos inimigos da liberdade e da justiça, que não recuam ante pressões de qualquer ordem, temerosos do que sempre procuraram evitar: que a luz da verdade os ilumine, o clamor da indignação os cubra de opróbrio. Mas — e aqui mediram a justiça e a liberdade pelos padrões miseráveis que são os seus — a Conferência seria sempre um triunfo.

Se não se houvesse de facto realizado — o que se deve ao alto critério de S. Exa. o Presidente Juscelino Kubitschek, guardião das liberdades brasileiras —, teria sido um triunfo, não dos adversários dela, mas de todos nós, que havíamos fornecido ao mundo uma oportunidade de as ditaduras patentear, mesmo em terras livres, a sua cobardia e o seu desdém. Se se houvesse realizado sem oposição alguma, teria igualmente sido um triunfo, mas um triunfo fácil, e não uma conquista de todas as horas, como a Democracia o é. Tal como as coisas se passaram, a Conferência foi um acontecimento da maior transcendência. Não só desmascarou e iluminou, pela voz generosa de delegados que não eram portugueses e espanhóis, as características ignominiosas, para a consciência livre do mundo, dos regimes que oprimem Portugal há mais de trinta anos e a Espanha há mais de vinte. Não só isto, porque, além disto, foi a pedra de toque do mundo em que vivemos e que se transforma. Não mais será possível ignorar quem são Salazar e Franco, sócios inseparáveis que mutuamente se amparam. Não mais será possível falar-lhes noutra tom que não o da exigência, o do «safano a tempo» propugnado pelo RATO em cuja toca levedou a contra-revolução espanhola, e cujas armas portuguesas foram as primeiras a abater os que, em Espanha, lutavam pela legalidade democrática.

A Conferência deu ao mundo definitivamente a linguagem própria para falar a essa gente. A linguagem que não espera pela resposta, nem deseja um diálogo. A linguagem que se recusa à «conversa» insidiosa com criaturas que de humano nem a voz têm, partidários, como são, do silêncio e da morte. Usando essa linguagem, que é a da dignidade humana e a do direito das gentes, a Conferência pôs no seu lugar os ditadores e os seus acólitos. Tratou-os como os lacaios sem vergonha que eles são — lacaios que o mundo não tardará a aposentar... Estejam certos os dois sócios peninsulares que não serão despedidos sem receberem os ordenados em atraso: a conta da indignidade internacional a que reduziram os seus países, a conta da degradação moral e intelectual em que os confinaram, a conta do sangue das vítimas, do suor dos trabalhadores oprimidos, das lágrimas de milhões. E, como remate, a conta máxima: a de serem obrigados a lavar o chão dos organismos internacionais e das chancelarias que os seus enviados e representantes sujaram com os pés imundos da lama de que são feitos os dois regimes peninsulares. Após a vitoriosa Conferência a que assistimos, é impossível continuar a ignorar essa lama.

A Conferência foi um triunfo — mas, sobretudo, uma derrota clamorosa e pública, no plano internacional e diplomático, da hipocrisia fascista que enegrece a Península Ibérica, transformando-a num imenso cárcere. Dois povos gloriosos são, eles, presos políticos. A Conferência, dentro das normas do Direito, limitou-se, serenamente, a exigir anistia para eles. Isto não é uma atitude política, porque não há política em Portugal e na Espanha, nem o pôde haver nas relações desses governos com ninguém. É, puramente, um imperativo da consciência humana: anistia para a Espanha e para Portugal!

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

FRANCO E SALAZAR CONDENADOS 1.ª CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA PRÓ ANISTIA

Proibida pelo ministro da Justiça e em seguida autorizada pelo Presidente da República do Brasil, a I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses foi certamente uma das mais decisivas tomadas de posição dos povos sul-americanos contra as ditaduras fascistas de Franco e de Salazar. Nem outra atitude se esperava, no momento em que a América do Sul toma consciência, cada vez mais nítida, da necessidade da batalha a iniciar contra os ditadores. Pelos laços de amizade, de cultura e de sangue que unem a América Latina aos povos de Portugal e da Espanha, naturalmente se esperava que os homens e mulheres do Novo Continente passassem a enfrentar, mais abertamente, uma situação que há dezenas de anos se vem prolongando na Península Ibérica, insustentável e absurda. Realmente, não se admite nem se compreende como podem tomar assento nas assembleias da ONU os representantes dos governos franquista e salazarista, os quais, diariamente, estrangulam e espezinham os direitos humanos consignados na Carta das Nações Unidas. Só o desconhecimento de que efetivamente tem ocorrido em Portugal desde 1926, na Espanha depois do termo da guerra civil, pode explicar que Franco e Salazar permaneçam nas assembleias democráticas internacionais.

Por isso, os relatos das terríveis atrocidades praticadas pelas polícias políticas de ambos os tiranos da Ibéria se revelam de significativa importância, por oferecerem aos povos latino-americanos, em particular, e, de um modo geral, aos de todo o mundo, uma idéia aproximada, honesta e necessária do que são as prisões de Salazar e de Franco, dos métodos de tortura que usam os seus agentes policiais, das mortes inúmeras que num e noutro país têm sido cometidas, das arbitrariedades de toda a sorte que os dois regimes fascistas vêm exercendo, há dezenas de anos, sobre os Povos Português e Espanhol — esses Povos que deram novos Povos ao mundo e que, há longos séculos, conquistaram a sua independência.

Positiva foi, portanto, a grande reunião de São Paulo, aonde acorreram, além de centenas de brasileiros, numerosos chilenos, argentinos, uruguaios, paraguaios (estes exilados, é evidente) e venezuelanos. Ressalte-se, no entanto, que à margem desta presença física dos delegados de diversos países, inúmeras e importantes foram as adesões recebidas de parlamentares, sindicatos de trabalhadores, agremiações estudantis, professores universitários e escritores de toda a América Latina, nomeadamente de Cuba, do Peru, do México, da Guatemala, etc. Tão evidente foi a solidariedade oferecida aos presos e exilados políticos espanhóis e portugueses por todo o hemisfério, que a próxima Conferência será já de âmbito Latino-Americano.

Mas se a I Conferência Sul-Americana foi um êxito sem precedentes na luta contra os regimes de Franco e de Salazar, a sua realização não teria sido possível sem a ação, a energia e o entusiasmo do Embaixador Álvaro Lins — o homem que, enfrentando, há cerca de um ano, em Lisboa, o ditador Salazar, honrou singularmente as nobres tradições do direito de asilo tão vigilantemente defendido pelos povos latino-americanos amantes da Democracia. Eleito por justiça Presidente da Conferência, o Embaixador Álvaro Lins nas horas interrogativas que precederam a manifestação, desenvolveu intensíssima atividade e logrou do Presidente Juscelino Kubitschek a anulação de um ato que era inconstitucional e anti-democrático, incompreensível e inadmissível. Conforme foi amplamente sublinhado pela Imprensa Brasileira, a proibição inicial da Conferência deveu-se tão-somente aos protestos das embaixadas de Salazar e de Franco no Rio de Janeiro. Recusando,

por fim, a inexplicável intromissão estrangeira, o Brasil deu outra prova de que os embaixadores não representam senão as próprias ditaduras de que são meros ainda que responsáveis agentes — e que, portanto, não lhes cabe a verdadeira representação dos Povos de Portugal e da Espanha.

ORDEM DOS TRABALHOS

Foi o seguinte o programa sugerido pela Comissão Coordenadora e cumprido pela Conferência:

Dia 22 — Sessão preparatória, às 22 horas, na União Brasileira de Escritores:

- 1) Apresentação das delegações e credenciais.
 - 2) Aprovação do Regimento Interno.
 - 3) Designação da presidência efetiva; das vice-presidências; da secretaria-geral; dos secretários.
- NOTA — Cada Delegação indicará um representante para a Vice-Presidência e um Secretário.
- 4) Designação das Comissões:
 - a) Comissão sobre a Espanha (Pontos I e II da Ordem do Dia);
 - b) Comissão sobre Portugal (Pontos III e IV da Ordem do Dia);



Aspecto da Mesa da Presidência

o) Comissão de Resoluções (Ponto V da Ordem do Dia).

Dia 23 — Sessão solene de instalação, às 10 horas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de São Paulo (Largo São Francisco).

- 1) Instalação da Mesa: Presidência efetiva; Vice-Presidências; Secretaria Geral; Secretários.
- 2) Saudação de Boas Vindas aos Delegados pela presidência da Comissão Coordenadora.
- 3) Relatório da Comissão Coordenadora, pelo seu Presidente, ou outro membro da mesma.
- 4) Discursos de um representante de cada uma das delegações participantes, com a duração de 10 minutos.
- 5) Encerramento da Sessão pelo Presidente.

As 14 horas: reunião das Comissões (Fac. de Direito).

Dia 24 — As 9 horas: Sessão Plenária, no Salão Nobre da Faculdade de Direito. Apresentação e discussão das teses e proposições. Poderão falar os Delegados que forem inscritos pelas respectivas Delegações.

As 20 horas: sessão solene de encerramento, no Salão Nobre da Faculdade de Direito.

- 1) Relatório Geral da Conferência, dando conta das Resoluções aprovadas.
 - 2) Discurso de um Delegado Sul-Americano, que falará em nome das Delegações Sul-Americanas participantes.
 - 3) Saudação de um representante da coletividade espanhola e um representante da coletividade portuguesa.
 - 4) Discurso de encerramento da Conferência, por uma personalidade designada pela Presidência.
- Dia 25 — As 9 horas: Colocação de flores no Monumento de Fundação da Cidade de São Paulo, por motivo da celebração do 406.º aniversário de sua fundação.

INAUGURAÇÃO SOLENTE

Sob a presidência do Embaixador Álvaro Lins, a I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses inaugurou solenemente os seus trabalhos, instalada no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, cerca das 10 horas da manhã do dia 23 de janeiro. Ladeavam o Presidente os vice-presidentes srs. Luís A. Panigo (Argentina), Elvio Romero (Paraguai), Clotario Blest (Chile), senador Alfredo Lepro (Uruguai) e Eduar-

do Ortega y Gasset (Venezuela), além da secretaria-geral do conselho, dra. Dolores de Mello Vassão; o líder do governo na Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Abreu Sodré; comandante João Sarmento Pimentel, professores catedráticos, deputados, líderes sindicais e estudantes, etc.

O sr. dr. Álvaro Lins prestou o seu depoimento pessoal sobre tudo quanto viu em Portugal e, sob aplausos constantes, disse: "O que observei lá, como embaixador, convenceu-me de que o governo de Salazar é uma ditadura desumana e atentatória aos direitos da pessoa humana." Falaram, em seguida, os representantes da Argentina, do Chile, do Paraguai, de Uruguai, da Venezuela e do Brasil.

O DISCURSO DO PROF. FLORESTAN FERNANDES

Em nome da delegação brasileira, o Prof. Florestan Fernandes saudou todos os presentes e, particularmente, os membros das representações que de diversos países sul-americanos se haviam deslocado a São Paulo, dizendo:

OS INTELLECTUAIS PORTUGUESES E A CENSURA PRÉVIA À IMPRENSA

Se os directores dos grandes quotidianos portugueses se submeteram, cobardeamente, ao regime de censura prévia à imprensa imposto pela ditadura que, há 33 anos, oprime o Povo português, não sucedeu o mesmo aos jornalistas e aos intelectuais dignos, que nunca cessaram de protestar contra ele. Nisso só foram secundados pelos directores de pequenos periódicos das províncias, mas nunca pelos líderes de Lisboa e Porto. A atitude destes não deve ser esquecida no dia do ajuste de contas, pois esses jornais, cúmplices dos crimes da ditadura, são hoje um dos seus principais estalos e muito têm contribuído com as suas patranhas para prolongar a vida do regime, que parece ter, agora, entrado já na agonia.

Após a entrada em vigor da Constituição, dada ao País pelo ditador e aprovada por um falso plebiscito em que até os ausentes votaram "sim", alguns guardaram que fosse suprimida a censura prévia aos jornais, visto o n.º 4.º do art. 8.º da mesma Constituição garantir a "liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma" e o decreto-lei que regula a liberdade da imprensa, — nunca revogado — o n.º 12.008, de Julho de 1926, prescrever, no seu art. 1.º: "A todos é lícito manifestar o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de censura ou de qualquer outra forma de autorização ou habilitação prévia".

Dada a hipocrisia que caracteriza o regime, tais disposições foram sempre letra morta. Foram até, oficialmente, postas de parte pelo decreto-lei n.º 22469 de 11 de Abril de 1933, que determinou, no seu artigo 2.º: "Continuam sujeitas a censura prévia as publicações definidas na Lei da Imprensa e bem assim folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social." Foi então criada a Direcção dos Serviços de Censura, com sede em Lisboa e delegações em todas as terras do País onde se publicam periódicos. Diplomas posteriores completaram e alargaram a abusiva medida da censura.

Para protestar contra tais abusos, uma comissão, constituída pelos jornalistas Jaime Brasil, Julião Quintinha e Carlos Neves, promoveu um almooço de confraternização de intelectuais de todos os matizes da opinião, que se realizou, em 31 de Janeiro de 1935, no qual tomaram parte cerca de duzentos escritores, artistas, professores e jornalistas e que aprovaram o seguinte documento, destinado ao presidente da chamada Assembleia Nacional e do qual foram enviadas cópias ao chefe do Estado, general Carmona, e ao presidente do Conselho, Oliveira Salazar:

"Os signatários, escritores, artistas e jornalistas verificam, com desgosto, que, não obstante vigorar uma Constituição, cujo n.º 4.º do art. 8.º reconhece e garante o direito de "liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma" e existir um decreto-lei que regula o exercício da liberdade de imprensa, subsiste o regime de censura prévia exercido por comissões militares, como se o País vivesse em estado de guerra ou de suspensão das garantias constitucionais. Por isso, reclamam, como acto de elementar justiça, a extinção do regime de censura e julgam dever comunicar esta reclamação dos escritores, artistas e jornalistas ao País".

Assinavam esse documento, além da grande maioria dos jornalistas de Lisboa e Porto, antigos ministros como o pensador António Sérgio, o engenheiro Cunha Leal, os drs. Ramada Curto e Nuno Simões; escritores como João de Barros, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Abel Salazar, Mourão e Menezes, Bento Caração, Rodrigues Lapa, Hernani Cidade, Henrique de Barros; juristas como os drs. Palma Carlos, Orlando Marçal e Vasco da Gama Fernandes; artistas plásticos como Roberto Nobre e Bernardo Marques; artistas teatrais como Araújo Pereira e Joaquim Pratas; empresário de espectáculos como José Galhardo e Ricardo Covões, etc. Não o subscreveu nenhum director de diário, nem a grande imprensa referiu à entrega do documento ao presidente da chamada Assembleia Nacional.

O protesto não foi atendido e como o Secretário de Informação, António Ferro, tivesse posto em dúvida que os cento e tantos signatários do documento representassem todos os intelectuais portugueses, o movimento prosseguiu. Naquele almooço, fora aclamada uma grande comissão para tratar do assunto, cuja presidência de honra foi aceite pelo antigo presidente da República, o escritor Teixeira Gomes, então no exílio, e a presidência efectiva foi exercida pelo antigo ministro da Instrução Pública, o pensador António Sérgio. Essa comissão faziam parte intelectuais

representativos de diferentes correntes ideológicas. O secretário da comissão, o jornalista Jaime Brasil, foi incumbido de redigir uma representação que seria submetida à assinatura dos intelectuais do País e depois entregue ao presidente da tal Assembleia Nacional.

A representação, extensa e redigida em termos assaz vivos, foi apreciada pela comissão em várias reuniões. Fazia parte da comissão o escritor Tomaz Ribeiro Colaço que, embora aclamado individualmente, representava, de certo modo, os escritores católicos e monárquicos. Ponderou que fossem eliminadas certas expressões constantes da representação, de modo que a pudessem assinar individualmente como o eminente cardeal patriarca de Lisboa, Prof. Dr. Gonçalves Cerejeira, e outros prelados, que sabia serem contrários ao regime de censura. Essa sugestão foi prontamente acatada e suprimidos aqueles termos e conceitos que pudessem ferir as susceptibilidades dessas figuras da Igreja católica.

O dr. Tomaz Ribeiro Colaço não conseguiu obter tais assinaturas. Se o caso e o seu nome, duplamente glorioso, são citados, é por o ilustre escritor, filho e neto de escritores ilustres, se encontrar no Brasil e poder testemunhar a veracidade do facto. Se aqueles prelados não assinaram o documento, foi assinado por muitos sacerdotes, entre eles o padre Alves Correia, da Ordem do Espírito Santo, que obteve para ele a assinatura de muitos eclesiásticos e alunos do curso de Teologia do Seminário das Missões da sua Ordem. Muitos outros estudantes de cursos superiores subscreveram o documento, pois fora estabelecido pela comissão que o documento só fosse submetido para assinatura a pessoas que pelos seus títulos, obras ou cursos que frequentavam, não pudessem ser acusadas de terem assinado de cruz.

Foram assim obtidas mais de 1.500 assinaturas de individualidades de todo o País, não só escritores, artistas e jornalistas, mas também catedráticos das Universidades, professores dos liceus, médicos magistrados, engenheiros advogados, oficiais do Exército e da Armada e alunos dos cursos de ciências jurídicas, económicas e sociais, de letras, de teologia, etc. Ao releer, passados quase vinte e cinco anos, esses nomes, verificamos que muitos passaram a servir o regime, em diversos cargos de relevo, alguns até como ministros da ditadura. A sua falta de dignidade actual está em oposição com o impulso juvenil de honrabilidade que os levou a subscrever tal documento.

A representação nada tinha de subversivo. Limitava-se a reclamar o cumprimento da Constituição e dos decretos do ditador que, hipocritamente, estabeleciam a garantia da liberdade de imprensa. Citava a tradição do Direito Constitucional português e as disposições da legislação vigente que eram desacatadas, além de condenar o princípio odioso de suprimir a expressão do pensamento não só de cidadãos responsáveis e escritores eminentes vivos, mas também de gloriosos autores mortos. Da parte final dessa representação, transcrevemos o seguinte:

"Alguns dos signatários... podem testemunhar as anomalias do critério como... é exercida a censura: Entre outras, avultam as seguintes: Autorizar num jornal o que é proibido noutra; permitir a publicação dum escrito num dia e recusar autorização para o fazer no dia seguinte; impedir a publicação de trechos de autores antigos, que são dos maiores nomes das letras portuguesas, como Frei Heltor Pinto, Padre António Vieira, Alexandre Herculano, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, etc.; proibir transcrições do "Diário do Governo", declarações do chefe do Estado, do cardeal patriarca de Lisboa, dos membros do governo, do presidente e dos deputados da Assembleia Nacional, etc.

"Além de suprimir escritos doutrinais, referências a actos do poder ou dos seus agentes, notícias do País ou do estrangeiro, os censores salvaguardam simples particulares quando acusados de irregularidades; cortam num período a palavra "não" de forma a alterar-lhe completamente o sentido; suprimem escritos firmados ou traduzidos por um autor, deixando-os, contudo, publicar sem o nome dele. Substituem assim obras de arte e de pensamento a quem não prestou provas de aptidão para criticar trabalhos literários, artísticos ou científicos, ou interpretar textos".

O documento terminava com a citação dum frase do deputado à Assembleia Nacional, o jurista monárquico e católico, Dr. Alberto Pinheiro Torres, que tivera a coragem de, em plena Assembleia Nacional, considerar a censura "um atentado contra a dignidade intelectual do País". O número e categoria dos signatários foi excepcional em

O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

QUANDO OS LÓBOS JULGAM

Em novembro, no Tribunal Plenário de Lisboa, sob a presidência do sr. desembargador Silva Caldeira, responderam os srs. Faustino Pedro, de 42 anos, motorista, do lugar de Moimho de Vento (Alverca); José Gil Alves, de 37, caixeiro, da freguesia de Barbeita (Monção); Oscar dos Reis Figueiredo de 35, serralheiro, de Sacavém; Jorge Diogo Amaro, de 34, serralheiro, de Setúbal e Francisco da Silva Pinto, de 35, serralheiro, de Santa Iria de Azoia, acusados de actividades contra o Estado. Sobre os factos depuseram várias testemunhas de acusação e de defesa. Como patronos dos acusados intervieram os srs. drs. Eduardo Vidal, Mário Soares, Fernando Calixto e Xencora Camotim.

Foi proferida a sentença, que condenou: o primeiro, em 2 anos de prisão maior; o segundo, em 5 anos de prisão maior; o terceiro, em 2 anos e três meses de prisão maior; o quarto, em 2 anos de prisão maior; e o quinto, em 5 anos de prisão maior; cada um ainda na medida de segurança de internamento indeterminado de seis meses a três anos, na suspensão de direitos políticos por quinze anos e no mínimo de imposto de Justiça.

No mesmo Tribunal foram também julgados os srs. dr. Manuel de Campos Lima, de 42 anos, de Lisboa, advogado em Portimão, e Joaquim Farracha, de 40 anos, natural de Évora, comerciante livreiro em Orlhão, acusados de actividades subversivas. A defesa estava confiada aos srs. drs. Heliodoro Caldeira e Manuel Sertório. Discutida a causa, foram condenados, o sr. dr. Campos Lima, em 2 anos de prisão, perda de direi-

qualquer protesto jamais feito contra as arbitrarias medidas da ditadura portuguesa. Para obter essas assinaturas, foram feitos prodígios, a fim de as recolher, pois não foi consentida nenhuma referência na imprensa à existência do protesto. Demorou meses a colheita e número ainda maior do que o dos mil quinhetos e tantos signatários ainda seria obtido se a existência da representação fosse tornada pública.

Em 12 de Dezembro de 1935, uma comissão composta pelo Prof. Dr. Rodrigues Lapa e os jornalistas Julião Quintinha, Carlos Neves e Jaime Brasil, fez entrega da representação ao então presidente da Assembleia Nacional, Prof. Dr. José Alberto dos Reis, que a mandou ler na sessão da mesma assembleia e registrar na ata das sessões. Cópia do documento, com todos os nomes que o subscreveram, foram enviadas às presidências da República e do Conselho de ministros. Não foi acusado o seu recebimento. Os jornais nem se referiram à entrega, aliás registada no "Diário das Sessões" da Assembleia Nacional. Nenhum director dos quotidianos do País subscreveu a representação.

Num almooço realizado em 31 de Janeiro de 1936, a pretexto de comemorar a revolução patriótica do Porto de 1891 a comissão deu conta de ter desempenhado o seu mandato, que não tivera porém, nenhum resultado, a não ser a certeza de todos os intelectuais do País estarem contra a censura à imprensa. Não o estavam o escritor António Ferro e seus serventuários na propaganda do regime, nem os directores dos grandes quotidianos, que aliás não eram intelectuais, ou, se o tinham sido, estavam esquecidos da sua dignidade intelectual.

Talvez não fosse em consequência desse protesto, mas dos membros da comissão que fizeram entrega dele, o seu presidente, Prof. Dr. Rodrigues Lapa, foi pouco depois, destituído da sua cadeira universitária, com mais trinta e três professores, entre os quais o sábio Prof. Aurélio Quintanilha. O jornalista Jaime Brasil, secretário de todas as comissões de protesto contra a censura e relator do documento entregue na Assembleia Nacional, foi expulso do jornal "O Século", de que era redactor. Meses depois, informado de que ia ser preso, exilou-se para Paris, onde permaneceu até Dezembro de 1940. Em 13 de Janeiro seguinte, foi preso, julgado e condenado por ter feito "propaganda subversiva... em França" e foi cumprir vinte e dois meses de cela presidência no Presídio Militar de Santarém, dada a sua qualidade de antigo militar.

O eminente Mestre de Filologia, Prof. Rodrigues Lapa encontrou asilo e acolhimento, digno do seu saber e nobre carácter, na terra generosa do Brasil e pode testemunhar tudo quanto fica dito. O jornalista, que tem muito orgulho em ter sido presidência por protestar contra a censura e o regime indígno que mantém, ainda está vivo, mas nunca deixou de proclamar o seu protesto:

particularmente ativa. E assim é que foram presos e barbaramente espancados José Ferreira, operário da Cerâmica Artibus e o popular acordeonista Saraiva.

A REPRESSÃO EM GOA

É muito intensa a perseguição em Goa. E certamente que a visita de Teotónio Pereira, um dos mais servís locais de Salazar, irá contribuir para que a onda de terror policial aumente.

Ali foi novamente preso Shri Parushottam Kakodkar que, condenado a 10 anos de prisão em 1946, fura deportado para Portugal e encarcerado no Forte de Peniche. Anistiado em 1950, todavia só tivera permissão para regressar a Goa em 1956. Está actualmente na penitenciária de Pangim.

Também em Goa está sendo perseguido o clero católico. Assim é o padre Mascarenhas, conhecido educador e até há pouco tempo reitor do Colégio São Sebastião, de Goa, e o padre Mendonça, professor de filologia do Colégio de São Francisco Xavier, da mesma cidade, têm sido frequentemente perseguidos pelas autoridades locais, isto é, a PIDE oficial e a PIDE officiosa.

CORRESPONDÊNCIA

MANUEL MARQUES PADILHA, Rio neiro — Não publicamos os versos, dada a sua extensão e o espaço limitado de que dispomos. Agradecemos as referências elogiosas que nos faz e esperamos que continue a colaborar, o melhor que puder, com o representante de PORTUGAL DEMOCRÁTICO no Rio de Janeiro.

BENJAMIM RIBEIRO, São Paulo — Se concordamos com a intenção da sua carta (ou circular?), não aceitamos certas das suas expressões. Essa a razão por que não a publicaremos. Quanto aos programas de rádio e de televisão "portugueses", estamos inteiramente de acordo quanto ao seu baixo nível, conforme, de resto, o dissemos já nestas colunas.

"ADMIRADOR ANÓNIMO", Portugal — As suas cartas sensibilizaram-nos. Ainda bem que continua a ler o nosso jornal. Agradecemos os recortes de jornais portugueses que nos tem enviado e solicitamos-lhe que continue a sua remessa. Oportunamente, publicaremos alguns trechos de suas cartas.

EDUARDO FONSECA, Paris — A "comissão de redação" deste jornal decidida se deve, ou não, publicar a sua carta. Devemos esclarecê-lo, no entanto, de que as informações que publicamos sobre a "representação portuguesa" na Bienal de São Paulo nos foram transmitidas por pessoas dignas de crédito. Diz o nosso correspondente que fomos injustos — mas há quem pense o contrário...

MANUEL LOPES, Buenos Aires — Muito gratos pelo recorte do artigo "Oliveira Salazar estruturou em 32 anos uma ditadura de juristas", do nosso colaborador Cândido Alves distribuído pela agência "Prensa Latina" e publicado em jornais argentinos. Sobre a constituição de Grupos de Amigos de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, esperamos que rapidamente ponha em prática o seu plano, mantendo contatos assíduos com a nossa Administração, que lhe prestará todas as informações de que necessitar e lhe dará todo o apoio que puder.

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

— um jornal português que não é submetido à censura.

AOS INTELLECTUAIS PORTUGUESES

Portugal Democrático, único órgão não censurado da Oposição a Salazar, abre a todos os portugueses as suas colunas, chamando especialmente a atenção dos escritores, jornalistas, professores, cientistas, etc., a fim de lhes indicar que será com a maior satisfação que publicaremos os seus trabalhos sobre o Portugal de hoje — e o de amanhã.

A todos, sem opção por qualquer corrente de idéias, oferecemos fraternalmente as nossas colunas, bastando que nos enviem os seus originais com a indicação de que a colaboração deve ser assinada ou publicada anonimamente.

Também em Aveiro a PIDE se mostra

A Imprensa livre denuncia Salazar

LISBOA TRISTE

O contrário, exatamente o contrário, do que proclamam os reclamos da propaganda turística de Salazar. Pedro Leite, que acaba de passar por Lisboa, escreveu em crónica publicada pela "Fôlha de S. Paulo":

"Precisamos chegar a Londres para ter alegria. Em Dakar, uns nativos com or de jadia e aborrecimento. Amargura estampada na cara dos passantes nas ruas de Lisboa: rodeamos um bloco de estudantes de ginásio à espera da aula, e embora a manhã de inverno na imensa praça, fosse limpa, as fisionomias eram graves e tristes. Em Madrid, aquela face de revolta mal contida, estigma do homem espanhol sob Franco, a gemer sem pão e sem liberdade".

AQUILINO RIBEIRO

Publicou o "Diário de Notícias" (o de New Bedford, Mass., EE. UU. não de Lisboa, é evidente...) um comentário sobre o "juízo" de Aquilino Ribeiro, de que transcrevemos, nesta coluna de recortes da Imprensa Livre que denuncia os abusos do regime ditatorial, a seguinte passagem:

"O escritor Aquilino Ribeiro, um dos maiores nomes da literatura portuguesa contemporânea, não é apenas criticado e denunciado pelos colegas de diferentes credos políticos, mas perseguido judicialmente, levado ao tribunal, afiançado em 60 contos, encontrando-se atualmente em liberdade condicional e aguardando julgamento — e, possivelmente, em face de uma pena que o poderá levar a passar os últimos dias no cárcere!!".

TRISTÃO DE ATAÍDE E SALAZAR

O "Diário da Manhã", órgão da união nacional-fascista, protestou há dias contra um artigo de Tristão de Ataíde, intitulado "Pontes", no qual o destacado escritor católico brasileiro dizia, nomeadamente:

"Chegou a hora de escolhermos um dos dois caminhos, pois mesmo no seio da Igreja encontramos fundas divergências na via a seguir. Os católicos "integristas", por exemplo, preferem o caminho da destruição das pontes. No Brasil, como em Portugal, na Espanha, na Itália, na própria Inglaterra e nos Estados Unidos, e ultimamente, de modo agressivo na França do 13 de maio, (fim da IV República e triunfo do "gaullismo"), o nacional-catolicismo tem procurado interpretar a marcha do comunismo no mundo moderno como convite à Guerra Santa. E interpretam a guerra na Argélia como sendo a 23.a ou 24.a Cruzada!"

A QUESTÃO DE ANGOLA

O "Diário da Noite" entrevistou (8-1-60) Pedro Rocha, democrata português de passagem por São Paulo. Entre outras afirmações interessantes do redator-locutor de Rádio Brazzaville, o jornal do sr. Assis Chateaubriand divulgou as seguintes:

"Os governantes da Metrópole — asseverou o sr. Pedro Rocha — não se cansam de afirmar que os negros dos territórios africanos dominados por Portugal, têm os mesmos direitos que os brancos (cujos direitos já são bastante reduzidos), o que não é a realidade. Se assim é, que o digam os próprios brancos, residentes na África a quem um espíritoso classificou como "portugueses de segunda classe". afirmou, em seguida, que o trágico dessa cegueira dos governantes é que impedindo os nativos e os brancos da livre discussão dos problemas próprios do continente negro, que caminha a passos largos para a sua emancipação, forçam aqueles a adotar atitudes violentas, que os conduzirão a uma ruptura com a metrópole. Igualmente, a ausência desses debates impede a aproximação entre os brancos e os negros, levando os primeiros a desejar uma solução semelhante à da União Sul-Africana, ignorando os 10 milhões de pretos portugueses e, os últimos, influenciados pelas correntes nativistas que varrem toda a África, a sonhar com

a expulsão do branco. "A mais higiênica solução de uma fraternidade racial, de que o Brasil é um exemplo vivo, está condenada pela falta de visão das autoridades lusas" — aduziu ele.

"E infantilidade admitir-se" — prosseguiu o jornalista português — "que os territórios de Portugal na África estão miraculosamente vacinados contra as influências visíveis e subterrâneas que se atacam por todo o continente". afirmou ele, que desde os partidos até as organizações de inspiração nativa ou sejam as seitas (Mau-Mau, Homens Leopards, Matsouistas, ulua-frères, Kaki e outras), sem se falar em outras de importação como os Testemunhos de Jeová e Igrejas dissidentes, têm ramificações nos territórios portugueses. Nas conferências internacionais, como a de próprias.

Acra por exemplo, já se fizeram representar membros das organizações partidárias africanas. "Se a grande maioria da população" — continuou — "se encontra num primitivismo que a potência colonizadora não se preocupou em suprimir, também é verdade que existe uma elite desconhecida, recrutada em grande parte entre os 50 mil negros que trocaram a África portuguesa pelos territórios vizinhos, onde conseguiu sua emancipação econômica, política e intelectual". Explicou ele, que para se avaliar as quantas anda a assimilação propagada pelos portugueses, ou seja, o número de negros que sabem falar e escrever o português, são casados com apenas uma mulher e têm hábitos de vida europeus, em três anos, em Angola, conforme dados oficiais, não ultrapassou dois mil, número bastante reduzido se nos lembrarmos que a população negra é de quatro milhões.

Concluindo falou: "Muitos e complexos problemas poderiam fornecer os mais variados temas, mas o evidente é que malgrado as afirmações otimistas, processa-se nos territórios portugueses da África uma evolução irrefreável que de qualquer maneira levará à sua emancipação as colônias, pois o atual regime não os resolve, complicando-os cada vez mais".

ANISTIA I

Era de estudantes universitários argentinos a primeira delegação que chegou a São Paulo, a fim de assistir à Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses. Eis o que disse um dos estudantes de Buenos Aires ao jornal "Última Hora":

"A Conferência Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Portugal e Espanha tem tido grande divulgação e aceitação na Argentina — informou o académico Herminio Candal — tendo a idéia conquistado as simpatias e o apoio concreto das organizações de trabalhadores, estudantes, profissionais, intelectuais e políticas, que se estão movimentando no sentido de dar a cobertura devida ao movimento. A Federação Universitária Argentina, que representa a maioria da classe estudantil do País — concluiu ele — deu integral adesão à conferência, afirmando seu êxito, que marcará um passo à frente no sentido da normalização das instituições de Espanha e Portugal".

"O ESTADO" E A CONFERÊNCIA

No momento em que alguns dos delegados sul-americanos depararam com dificuldades, quando solicitavam o visto de entrada, a fim de assistir à 1.a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses, "O Estado de S. Paulo" publicou um longo editorial sobre o assunto, concluindo:

"Não pretendemos de maneira nenhuma concorrer para criar atritos entre o Brasil e o governo português, mas não toleraremos jamais a menor interferência de qualquer regime de força na vida nacional. As autoridades brasileiras não têm sabido repelir com altivez os pedidos oficiais vindos da Península,

pedidos que visam diretamente os que entre nós ou em outras Repúblicas da América do Sul procuram abrir os olhos do mundo para o que se passa em sua terra. Por isso mesmo, se essas mesmas autoridades não se dispuserem a mudar de rumo, não hesitaremos em conchamar a juventude universitária brasileira, os institutos de classe e os sindicatos operários para que, de mãos dadas, estejamos em condições de repelir as investidas totalitárias contra a liberdade nacional."

LINS CUMPRIU

Em editorial sobre o "Itamarati, Salazar e um protesto", o diário "A Tribuna", de Santos, protestou contra a recusa de visto ao Capitão Henrique Galvão, acentuando:

"As tradições do Itamarati, quer-nos parecer, foram muito melhor encarnadas pelo gesto do embaixador brasileiro em Lisboa que deu asilo ao general Delgado — do que pelo ministro que rege o visto à entrada do exilado português. Este ministro, ou cometeu um equívoco de grossa qualidade ou cedeu a injunções de feia abjeção. Não há por onde sair, mas os responsáveis somos nós, os que formamos e informamos a opinião brasileira, e o nosso protesto, contra esse gesto de irresponsabilidade, não pode demorar. É um achincalhe às liberdades do regime o que parece ter surtido de um conluio entre ditaduras. Não há consciência livre neste país que sancione a negação em foco, seja do ministro das Relações Exteriores, seja do presidente da República."

O PROBLEMA ECONÓMICO-AGRÍCOLA PORTUGUÊS

FERNANDO CIRIACO DA CUNHA

O trabalho que hoje divulgamos é da autoria do nosso prezado correligionário Fernando Ciriaco da Cunha, um dos fundadores e animadores do "Comité Democrático Português do Canadá". De passagem, convém destacar que F. Ciriaco da Cunha, depois de ter sido funcionário dos Serviços Técnicos de Agricultura e de Colonização, no Congo Belga, dirigiu, na América do Sul, organismos encarregados do fomento agropecuário e economia agrícola, além de ter chefiado diversos grupos de planeamento económico, colonização e imigração, quer na América Latina, quer na América do Norte. É, pois, um especialista que se debruça sobre "O Problema Económico-Agrícola Português":

Uma das revistas mais autorizadas do Canadá, "Maclean's", publicou em Julho de 1959 um artigo do Ministro de Economia alemão, Ludwig Erhard. Como homenagem ao homem que em poucos anos levou o seu país do zero económico a uma prosperidade nunca igualada, começamos por transcrever do seu artigo as seguintes passagens:

"...A livre empresa e concorrência são de longe, muito melhores que qualquer outra forma de regulamentação da economia. Elas fornecem a todos os participantes os meios de comparar os seus resultados e de estimulá-los ao aperfeiçoamento. Nenhum governo, associação de produtores ou monopólio pode substituir a livre concorrência como propulsora de maior eficiência". E ainda "...grupos que procuram restringir a concorrência são guiados unicamente pela defesa dos seus próprios interesses. Na sua estreiteza de visão, pensam que essa atitude pode trazer-lhes benefícios permanentes".

Dada a autoridade do Dr. Erhard, demonstrada pelos resultados por ele obtidos e dado o fracasso da experiência do chamado "Estado Novo", as verdades acima transcritas são, para nós, de uma importância extraordinária. Não é mais um segredo de planeadores que o nível económico e social de qualquer país está dependente, proporcionalmente, do apetrechamento e eficiência do seu parque industrial. Tampouco se desconhece que um país para ser industrial tem que, primeiro, ser agrícola. Senão, vejamos alguns exemplos.

Países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos lançaram-se na industria-

lização, depois das suas agriculturas se terem tornado prósperas e tecnicamente avançadas. Nos países comunistas, fez-se a reforma agrária antes de lançar as bases para o desenvolvimento industrial. Todos sabemos que o desenvolvimento industrial soviético não foi possível senão depois de terem sido solucionados os graves problemas surgidos quando os agricultores reagiram à coletivização, provocando a queda vertical da produção agrícola. Sabemos também que a Alemanha sempre foi um país agrícola por excelência. Podemos, ainda, recordar o caso do Japão, que se tornou industrial em poucos anos, pois, de há muito, o seu povo conhecia avançados métodos agrícolas, embora não usasse máquinas ou animais, devido, por um lado, à grande densidade de população e, por outro, à topografia do país.

Citamos ainda o caso das Repúblicas Latino-Americanas que, enfermando ainda dos sistemas de exploração colonial, vêm pondo cada vez mais interesse na agricultura, à medida que vão encontrando sérios problemas no seu avanço industrial. A este fator, mais do que ao político, como muitas vezes se pensa, se devem as dificuldades de ordem económica que, por sua vez, geram perturbações de ordem pública e, nalguns casos, levam ao estabelecimento de ditaduras.

Os países acima mencionados encontraram, ou estão encaminhando-se para as soluções adequadas dos problemas que lhes dificultam a emancipação económica. Outros, como, por exemplo, a Índia, embora conchegam a solução do problema principal, debatem-se com sérios problemas de índoles diferentes que, a seu tempo, terão de ser solucionados, mas que, entretanto, dificultam o progresso desses países.

Por último, temos os países que adotam as soluções negativas, isto é, procuram criar indústrias subsidiadas, em lugar de criar o ambiente favorável ao desenvolvimento normal e livre dessas indústrias. À frente destes países, temos Portugal e Espanha. Quanto maior for o desenvolvimento industrial destes países, segundo o sistema actual, maior será a pobreza dos seus habitantes, em relação aos dos outros países, pois maior será o fardo para o contribuinte. Na realidade, o nível de vida melhorará, em certo grau, o que serve aos serviços de propaganda para, habilmente, encobrirem o embuste. A verdade é que, se a renda dos habitantes melhora, digamos em 50%, num país de economia de bases sólidas e livres, os seus habitantes beneficiam do total desse aumento, ao passo que em Portugal e Espanha uma grande parte desse aumento, digamos 20% ou 30%, é absorvida pelos subsídios industriais, beneficiando o Povo apenas da parte restante. Isto faz-se, desviando os pesados impostos para outros fins (subsídios industriais) que não são de benefício senão aparente para a população, desviando ainda avultadas somas dos cofres de previdência e impondo ao consumidor preços muito superiores aos que pagaria em circunstâncias normais. Fácil é de observar que, cada vez que a renda aumenta, o nível de vida dos habitantes destes países se distancia mais do nível de vida dos habitantes dos países de economia livre. É altura de perguntar: quem beneficia com este estado de coisas? Respondemos com as palavras autorizadas do Dr. Erhard: "...grupos que procuram restringir a concorrência são guiados unicamente pela defesa dos seus próprios interesses".

Vimos, pois, que um país tem de ser agrícola, antes de poder ser industrial e que, em Portugal, a indústria tem que ser subsidiada (nas circunstâncias actuais). O resultado lógico é que Portugal ou não é um país agrícola ou, pelo menos, a sua agricultura não está à altura da situação. Ora, qualquer português sabe que sempre fomos agricultores.

Que se passa, então? Poderíamos responder, simplesmente, que o planeamento económico em Portugal é pro-

positadamente defeituoso para beneficiar pouco mais de duas mil famílias em detrimento do resto da população, e, com isso, diríamos a verdade. Vamos, no entanto, debater um pouco mais este problema, particularmente no que se refere à agricultura.

Disse Salazar, num dos seus últimos discursos, ao referir-se ao segundo plano de fomento, que a Presidência do Conselho não dispõe dum organismo de planeamento e que, portanto, os serviços dos diversos ministérios tinham elaborado os respectivos planos, sendo, todos, depois, reunidos num só plano global. Recentemente, foi, de resto, criada uma comissão interministerial do plano de fomento. Jactava-se o guarda-livros de Santa Comba que assim se tinha realizado uma economia. Discordamos completamente e o mesmo Salazar deve saber que essa forma de planejar é tecnicamente desaconselhada. São especialidades diferentes as dos técnicos planeadores e as dos executores em qualquer ramo de atividade. Pela mesma ordem de ideias deveriam suprimir-se os Estados-Maiores das Forças Armadas e nós vemos, ao contrário, que esses corpos de planeadores militares têm sido reforçados, ultimamente. Por outro lado, se os técnicos dos ministérios e demais serviços são desviados para missões de planeamento superior, quem desempenha as missões de executar os planos? Se são os mesmos técnicos quem planejam e executam, quer isso dizer que os quadros estão superlotados e, portanto, não existe a tal economia de que fala o sr. Salazar. Se os quadros não estão superlotados e os técnicos se dedicam ao planeamento, é óbvio que esses serviços não poderão entender convenientemente ao cumprimento das suas missões.

Enfim, não importa o lado por que abordemos o problema: chegamos sem-

pre à conclusão de que tal economia não existe, que se trata simplesmente duma manobra de baixa propaganda, que o sistema é defeituoso e, portanto, a farsa é por demais torpe. Mais uma das tantas mentiras com que Salazar procura tapar os erros da sua fracassada administração.

Todos sabemos que com a polícia política, a propaganda e a censura, gasta o chamado "estado novo" cerca de um milhão de contos anuais, sobre um orçamento total de cerca de oito milhões. Não será o planeamento económico do País tão importante para o Povo como a manutenção desses serviços?!

No que respeita à agricultura, não há a menor dúvida de que temos bons técnicos e boas estações experimentais. Também é verdade que o escasso número de técnicos contratados e os reduzidos orçamentos de que dispõem, não lhes permitem desenvolver um trabalho mais eficaz, de forma a beneficiar os agricultores na escala que eles necessitam e a Nação precisa. Quando da minha última visita a Portugal, percorri vários desses estabelecimentos e discuti o assunto com diversos funcionários tendo avaliado do seu alto nível técnico, assim como das dificuldades com que lutam. Basta um exemplo, para ilustrar: uma colheita de trigo experimental, na Estação Experimental de Sacavém, teve que ser custeada pelos próprios técnicos, porque a verba aprovada fora insuficiente; um reforço de verba solicitado estava pendente das tramadas burocráticas quando a seara começava já a perder-se!...

(A concluir)

AOS LEITORES DE PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Futuramente, embora o nosso endereço continue o mesmo, (RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2), toda a correspondência deve ser remetida para a CAIXA POSTAL 4.469, SÃO PAULO, BRASIL.

A Conferencia Sul-Americana Exilados Politicos de

"Por determinação do nosso illustre presidente, Dr. Alvaro Lins, coube-me a inextinguível honra de exprimir a satisfação e o orgulho dos brasileiros, perante os companheiros da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A satisfação é fácil de explicar-se. Recebê-los em nossa casa enche-nos de prazer, de alegria e de conforto. Na verdade, constituímos uma extensa e variada família, dispersada aqui e ali pelas vastas terras da América. O orgulho nasce dos motivos da nossa reunião. Os que se congregam neste lugar e neste momento respondem ao mais alto apêlo da nossa civilização: a luta pela Liberdade como uma condição de realização e de aperfeiçoamento do Homem. Unimo-nos por laços étnicos, culturais e históricos. Encontramo-nos pela mesma compreensão de que não existem barreiras nem limites na luta pela liberdade. São, pois, benditos como irmãos e companheiros!

O fato de que nossa reunião se faça sob a égide da nobre e veneranda Faculdade de Direito de São Paulo, coloca-nos sob a proteção de um símbolo. Ele significa que o nosso anseio de liberdade é também uma causa de justiça — e poderia haver liberdade sem justiça ou justiça sem liberdade? Os povos que perdem a primeira, também se privam da segunda, pois onde não há liberdade a justiça se degrada e fenecer, decaindo o homem de sua condição humana, produto da civilização e do espírito. Não existem fronteiras na causa da liberdade e podemos exigí-la, em seu nome, para aqueles que ajudaram a implantar nos solos americanos os marcos da civilização baseada na justiça!



Emb. Alvaro Lins

Umimo-nos, portanto, em condições muito especiais. Não pretendemos fazer contêidos nem propugnar por medidas de alcance limitado na vida dos povos. Temos por objetivo uma retribuição. A nossa condição humana traz indelével a marca de Espanha e de Portugal. Aos infortúnios destes dois povos jamais poderíamos ficar alheios, sem cultura com o passado, menosprezo pelo presente ou descaído pelo futuro! Deixamos de ser nas Américas miniaturas vacilantes de Espanha e Portugal. Somos um Novo Mundo pleno de vida e de forças autônomas. Porém, o que há de melhor nesse riço e nossas forças alimentam-se de uma seiva comum, que não é nossa herança cultural e o nosso destino histórico. Se voltarmos as costas para essa tremenda realidade, estaremos fomentando a nossa irremediável perdidão. O que acontece em Espanha e Portugal diz-nos respeito diretamente, porque ali na raíza mesmas de nossa circulação histórico-cultural e moral.

Em nossa família de povos americanos, Espanha e Portugal ocupam um lugar especial. Nesses países, nós, brasileiros, como vós americanos de fala espanhola, reconhecemos a nossa Mãe Pátria.

Como poderia ser-nos indiferente a sorte de milhares de filhos da Espanha e Portugal, irmãos nossos,

para estender suas mãos nos páris sagrados de um combate que é nosso. Estendem suas mãos: àqueles que preferem privar-se de direitos e de cidadania para não tratarem sua condição fundamental de Homem e os valores básicos de uma civilização que é deles e nossa! Estendem suas mãos àqueles que se tornaram vítimas de regimes despóticos mas transitórios, para defender o que é intangível em nossa herança cultural — o respeito pela Pessoa Humana e a consagração da Democracia como valor social.

Até nós chegou o eco do movimento em favor da anistia que se tem desenvolvido em Portugal, apoiado pelas vozes mais esclarecidas, autorizadas e insuspetadas como por exemplo a dos bispos de Beja e do Porto. Em documento dirigido ao Primeiro Ministro Salazar, assinado entre outras personalidades por Antonio Sergio, escritor e ex-Ministro da Educação, por Mário de Azevedo Gomes, professor e ex-Ministro de Comércio, por Barbosa de Magalhães, catedrático e ex-Ministro da Justiça, por Eduardo dos Santos Silva, médico e ex-Ministro da Instrução, e por José Domingos dos Santos, advogado e ex-presidente do Ministério, pede-se a ANISTIA PARA OS PRESOS POLÍTICOS.

"COM A CERTEZA DE QUE O PATRIÓTICO GESTO QUE SE SUGERE CONSTITUIRIA UMA MENSAGEM DE TOLERANCIA DOS PORTUGUESES DE HOJE, DANDO A TODOS A OPORTUNIDADE DE CONTRIBUIR COM O SEU TRABALHO E SUA CULTURA PARA O PROGRESSIVO FORTALECIMENTO E RELEVANCIA DOS VALORES NACIONAIS A SERVIÇO DE PORTUGAL E DA HUMANIDADE."

A situação jurídica e política que prevalece em Portugal é o que move às citadas personalidades, que ora encontram nosso apoio, a solicitar anistia.

De acordo com o código penal vigente na atualidade e medidas de segurança, é possível manter presos políticos nas prisões, mesmo depois de cumpridas as penas. Estas medidas de segurança permitem que fiquem presos perpétuos, embora o art. 8 da Constituição Portuguesa não admita a prisão perpétua.

Por isto em vigor um regulamento penitenciário que elimina os poucos benefícios que a lei concede aos presos. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado ou P. I. D. E. executa o regulamento violando as disposições que beneficiem o preso, na menor coisa.

A sombra da lei comete os atos mais desumanos: Incomunicação do preso durante seis meses depois da prisão; Interrogatórios noturnos, o que é proibido; Separação dos cônjuges por seis meses se são presos os dois; Humilhações das mais insultuosas impostas às mulheres presas; Aplicação de métodos de tortura e impossibilidade de os advogados trabalharem em defesa dos detentos. E tantos outros acontecimentos e fatos que poderíamos, se conhecidos nas suas minúcias, dar uma idéia aos delegados presentes da situação em que se encontram os presos políticos em Portugal.

Na Espanha há 20 anos que terminou a guerra civil. Seria de se esperar depois de tanto tempo, a generosidade do vencedor para com o vencido, que se estabelecesse uma paz efetiva, mas não existia nem generosidade nem paz. Subsistem nos cárceres da Espanha centenas de presos condenados por suas atividades na guerra civil ou por causas derivadas dela e enquadrados nas leis de guerra, que até hoje se aplicam, embora juridicamente revogadas.

Muitos desses homens e mulheres cumpriram 16, 18 e 20 anos de suas penas, e em alguns casos, mais tempo ainda. Há cidadãos espanhóis que por motivos políticos já estão presos mais da metade de sua vida. Continuam funcionando Tribunais Militares, nos quais se julga e condena por delito de opinião, sem garantia de defesa, e que aplacaram penas de até 30 anos de prisão, pe-

lo único fato de se reclamar melhoria social, expressar idéias ou defender um direito. Nos últimos anos condenou-se em Conselhos de Guerra a pessoas que nada mais fizeram senão difundir opinião favorável à paz e concórdia nacional.

Tudo isso constitui não somente um atentado contra os direitos humanos mais elementares, mas também uma violação aberta dos compromissos contraídos por Espanha e Portugal nos organismos internacionais (...)

Conseguir a anistia para milhares de cidadãos espanhóis e portugueses de todas as condições sociais, políticas e intelectuais, que no cárcere ou no exílio, encontram-se privados de participar na vida nacional e de gozar do elemental direito de viver livres em sua terra, rodeados do carinho do seu lar e do seu povo.

Este humano pedido inspirou trabalhos de nossos escritores, poetas e artistas. A iniciativa de convocar esta Conferencia, azalanhada felizmente pelo povo brasileiro, encontrou a simpatia de todo o continente.

O movimento de adesão à Conferencia foi e é de tal magnitude que não podemos refletir por maior esforço que façamos.

Permite-se, entretanto, destacar e saudar o magnífico trabalho realizado pelas personalidades e entidades que na América do Sul organizaram a Conferencia acompanhando a Comissão Coordenadora brasileira.

Neste sentido queremos prestar homenagem à Organização Argentina Para a Anistia General En España e Portugal e ao seu eminente presidente, dr. Florencio Escarot, vice-reitor da Universidade Nacional de Buenos Aires, que esperamos chegue hoje a São Paulo;

ao Comité Hispano Chileno Por la Amnistia para los Presos Políticos de España e Portugal e à Comissão Coordenadora Chilena, presidida por don Alejandro Valderrama y Don Guillermo Del Pedregal, ambos ex-ministros do Chile;

Delegación Paraguaya presidida pelo poeta Elvio Romero que traz a esta Conferencia a representação do povo irmão;

À Comissão Patrocinadora Uruguaya e a seu Presidente, o deputado D. Luiz Hierro Gambardella;

Movimento Libertad para Espanha cujo presidente D. Eduardo Ortega y Gasset, está aqui conosco trazendo a adesão do povo venseelano. Fazemos manifestação conjunta, serena e eloquente para que se dirija à Península Ibérica a solicitação de Anistia e para que cessem os processos de excepção.

Estamos alegres por ser o Brasil a sede desta Conferencia e estamos certos de que terá o maior êxito.

Aqui nos damos as mãos para solidarizarmos-nos com o povo português e com o povo espanhol. Desde a Península Ibérica já nos chegam vozes de esperança dirigidas à Conferencia. Uma delas é de magna importância, atendendo à categoria do nome que subscreve: Ramon Menendez Pidal.

Em carta dirigida ao professor Idel Becker — esse cidadão espanhol escreveu:

"Recebi com emoção a sua carta de 28 de Novembro anunciando-me a petição formulada pelos intelectuais e políticos brasileiros em prol da anistia daqueles que sofrem perseguições pelos seus ideais políticos. Aqueles que aqui se interessam por esse problema vêm com o mais profundo sentimento de gratidão que podemos contar com o apoio dos nossos irmãos da América. Vivamente desejamos que a mensagem de afeto e de esperança dirigida por VV. SS. logre o que tanto ansiamos aqui, desde há longo tempo — as duas Espanhas devem inte-grar-se e colaborar na sorte da pátria comum"

Senhores componentes da mesa, senhores Delegados, minhas senhoras e meus senhores:

Demos o primeiro e grande passo para obter a anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal: vamos de instalar a nossa Conferencia.

Meditamos seriamente sobre esta iniciativa e sobre o objetivo que iremos, com certeza, alcançar.

Devemos fixar nas discussões que irão processar-se nas Comissões e nas Sessões Plenárias o caminho seguro para o êxito e a unidade de nossas idéias e de nossa disposição. Poderemos aprovar decisões práticas, objetivas, inspiradas por sentimentos de profunda amizade pelos dois novos irmãos, deixando de lado posições utópicas e estereótipos.

Esta Primeira Conferencia pode ser o marco inicial para uma serenidade, na qual estejam presentes todos os povos americanos.

Poderemos dirigir-nos, representados por expressiva delegação de personalidades e entidades latino-americanas, até Portugal e Espanha para entreter nossa petição de anistia.

Poderemos atingir nosso objetivo: a anistia concedida, a anistia promulgada, a anistia transformada em caminhos de vida, a anistia dando arêdores que deveriam ter recebido a última esperança de respostas nova e profundamente mas não a perderam, anistia devolvendo à pátria aqueles que quanto mais permanecem fora dela, mais sentem a força que os atrai para ela.

Aqui ficam os melhores agradecimentos que podemos apresentar a todos os que ajudaram a esta Conferencia, direta ou indiretamente, dando-nos longas horas de suas preocupações como o fizeram tantas das personalidades brasileiras ou latino-americanas e os dirigentes estudantis e sindicais, ou dando-nos um simples minuto como fizeram tantos homens do povo, certos todos de que estamos contribuindo a felicidade humana, ao batalhar seriamente pela anistia aos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal

Intensa atividade desenvolveram as três Comissões — da Portugal, da Espanha e de Resoluções — nas sessões de trabalho que por largas horas se prolongaram. Este relatório que foi apresentado pelos relatores da Comissão dos Assuntos de Portugal:

"Inspirados nas claras diretrizes que conduzirão a convocação desta Conferencia, isto é, em seu sentido humanitário e construtivo, consideramos que nada há de mais urgente do que a obtenção imediata da libertação dos presos políticos e sociais de Portugal, assim como a consecução das mais firmes garantias para que os asiados possam reintegrar-se no seio de sua Pátria. Devemos lutar em favor do entendimento mais amplo entre todos os seus filhos, entendimento que leve o sossego às lareiras, que permita dedicar todas as energias e a inteligência do povo português ao progresso material e intelectual dessa nação tão nobre e sacrificada.

A fim de ilustrar para os povos da América Latina e do mundo a crua realidade da situação que atravessam centenas de homens e mulheres nas prisões da metrópole e das colônias, bem como se inscrevem atropelados que se cometem contra as liberdades mais essenciais e

Comissão de Assuntos Portugueses, depois de ter tomado conhecimento de todas as teses e de todo o material de trabalho sobre Portugal, apresenta à Comissão de Resoluções as sugestões seguintes:

a) Que se entreguem aos governos de Espanha e Portugal, por intermédio de uma Comissão emanada desta Conferencia, as Resoluções aprovadas por este plenário;

b) Que se entreguem aos seguintes organismos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), UNESCO e Bureau Internacional do Trabalho (BIT) as mesmas resoluções.

(aa) Maria Cabral Prestes Maia, Manuel Garcia Puertat.

Sala da Comissão dos Assuntos de Portugal.

S. Paulo, 24 de janeiro de 1960.

A Sessão Plenária

Pró Anistia dos Presos e Espanha e Portugal

reunida em plenário resolve: — que sejam enviadas para todos os países Sul-Americanos e para Espanha e Portugal as conclusões desta conferencia, encaminhando-as às entidades políticas, sociais e religiosas que possam por qualquer meio enviar esforços no sentido da realização dos objetivos desta conferencia.

PROPOSTA No 4

Que se atribua um voto de aplausos à Comissão Organizadora desta Conferencia (delegação Argentina).

PROPOSTA No 5

Nós, os estudantes de Pernambuco, propomos ao venerável plenário um voto de louvor, com inserção na ata, à União Estadual dos Estudantes de São Paulo (U. E. E.), entidade máxima representativa dos universitários paulistas, por sua atuação destemida, no dia 21 de janeiro de 1960 e por sua ética de liberdade em ter recebido em sua sede eminentes figuras do mundo intelectual, que ora participam deste encade.

RESOLUÇÕES APROVADAS

Adoptaram-se ainda as seguintes decisões:

A La Conferencia Sul-Americana pró Anistia dos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal.

Entendendo que a luta pela anistia na Espanha e Portugal deverá continuar até que a mesma tenha sido atingida,

RESOLVE

1 — Recomendar que os movimentos nacionais participantes, nesta Conferencia, se transformem em Comissões Permanentes pró Anistia dos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal;

2 — Constituir uma Comissão Executiva do Movimento pró Anistia, composta de 9 membros (2 representantes de cada movimento nacional da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai). A Presidência da dita Comissão será exercida pelo Presidente da Comissão Nacional do país sede da Comissão Executiva;

3 — Poderão incorporar-se à Comissão Executiva, 2 delegados de cada país que forme movimento nacional pró Anistia;

PROPOSTA No 6

Que se preste uma homenagem póstuma àqueles que já tombaram na luta pelo restabelecimento das liberdades em Espanha e Portugal por meio de um minuto de silêncio e de pé (Delegação Paulista).

PROPOSTA No 7

1 — Que seja o Dr. Nôé de Azevedo, illustre Professor da Faculdade de Direito de São Paulo, declarado GRANDE BENEFICENTOR DOS POVOS IBERICOS;

2 — Que seja o Eminentíssimo brasileiro Embaixador Alvaro Lins declarado AMIGO No 1 DOS POVOS IBERICOS, E CAMPEAO DAS LIBERDADES PÚBLICAS E DOS DIREITOS DO HOMEM.

PROPOSTA No 8

Que esta Conferencia esvie uma saudação ao illustre homem de letras, Don Ramon Menendez Pidal, Presidente de La Real Academia Española de Letras (CONFEDERACION ARGENTINA DOS ESTUDANTES SECUNDARIOS).

A Sessão Solenne de Encerramento

Algumas centenas de pessoas encheram hieralmente o enorme salão nobre da Faculdade de Direito da Univ. de S. Paulo, a fim de assistir a sessão solenne de encerramento da Conferencia Sul-Americana. Pelas delegações vindas do Exterior, falou o sr. Clotário Eliet (Chile), pela Espanha o sr. Pedro Basualdo e em nome da delegação do Brasil o desembargador José do Patrocínio Galotti.

PROPOSTA No 3

A La Conferencia Sul-Americana pró Anistia dos Presos e exilados da Espanha, Portugal e suas colônias

de especial profundo, nascido de laços históricos que nos unem aos povos da Península Ibérica.

E por estas razões que este movimento em favor da anistia repercutiu de tal modo entre os povos latino-americanos.

A iniciativa de realizar esta Conferencia constituiu o ápice de um amplo movimento de opinião que se desenvolveu nos países da América do Sul, como em todo o continente, em favor de uma anistia geral que restitua aos povos da Península Ibérica a paz civil e a concordia nacional.

Nosso movimento espelha a voz dos povos espanhol e português que não pode deixar de encontrar eco na sensibilidade fraternal de nossos povos. Com efeito, durante o ano de 1959 inúmeras declarações publicas, mensagens e reuniões interpretaram o desejo latino-americano de que a anistia seja generosamente decidida pelos governos da Espanha e do Portugal. Manifestaram-se neste sentido personalidades de mais alto prestígio nacional e internacional dos mais diferentes setores sociais e entidades as mais diversas, que consideradas em seu conjunto representam cabalmente a opinião pública.

O movimento despertou a simpatia e adesão nos Parlametos e Câmaras Municipais, nas Universidades, nas Assembléias e Congressos Sindicais, Estudantis e Populares, nas rádios da imprensa, no rádio e televisão.

Este humano pedido inspirou trabalhos de nossos escritores, poetas e artistas.

A iniciativa de convocar esta Conferencia, azalanhada felizmente pelo povo brasileiro, encontrou a simpatia de todo o continente.

O movimento de adesão à Conferencia foi e é de tal magnitude que não podemos refletir por maior esforço que façamos.

Permite-se, entretanto, destacar e saudar o magnífico trabalho realizado pelas personalidades e entidades que na América do Sul organizaram a Conferencia acompanhando a Comissão Coordenadora brasileira.

Neste sentido queremos prestar homenagem à Organização Argentina Para a Anistia General En España e Portugal e ao seu eminente presidente, dr. Florencio Escarot, vice-reitor da Universidade Nacional de Buenos Aires, que esperamos chegue hoje a São Paulo;

ao Comité Hispano Chileno Por la Amnistia para los Presos Políticos de España e Portugal e à Comissão Coordenadora Chilena, presidida por don Alejandro Valderrama y Don Guillermo Del Pedregal, ambos ex-ministros do Chile;

Delegación Paraguaya presidida pelo poeta Elvio Romero que traz a esta Conferencia a representação do povo irmão;

À Comissão Patrocinadora Uruguaya e a seu Presidente, o deputado D. Luiz Hierro Gambardella;

Movimento Libertad para Espanha cujo presidente D. Eduardo Ortega y Gasset, está aqui conosco trazendo a adesão do povo venseelano. Fazemos manifestação conjunta, serena e eloquente para que se dirija à Península Ibérica a solicitação de Anistia e para que cessem os processos de excepção.

Estamos alegres por ser o Brasil a sede desta Conferencia e estamos certos de que terá o maior êxito.

Aqui nos damos as mãos para solidarizarmos-nos com o povo português e com o povo espanhol. Desde a Península Ibérica já nos chegam vozes de esperança dirigidas à Conferencia. Uma delas é de magna importância, atendendo à categoria do nome que subscreve: Ramon Menendez Pidal.

Em carta dirigida ao professor Idel Becker — esse cidadão espanhol escreveu:

"Recebi com emoção a sua carta de 28 de Novembro anunciando-me a petição formulada pelos intelectuais e políticos brasileiros em prol da anistia daqueles que sofrem perseguições pelos seus ideais políticos. Aqueles que aqui se interessam por esse problema vêm com o mais profundo sentimento de gratidão que podemos contar com o apoio dos nossos irmãos da América. Vivamente desejamos que a mensagem de afeto e de esperança dirigida por VV. SS. logre o que tanto ansiamos aqui, desde há longo tempo — as duas Espanhas devem inte-grar-se e colaborar na sorte da pátria comum"

Senhores componentes da mesa, senhores Delegados, minhas senhoras e meus senhores:

Demos o primeiro e grande passo para obter a anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal: vamos de instalar a nossa Conferencia.

Meditamos seriamente sobre esta iniciativa e sobre o objetivo que iremos, com certeza, alcançar.

Devemos fixar nas discussões que irão processar-se nas Comissões e nas Sessões Plenárias o caminho seguro para o êxito e a unidade de nossas idéias e de nossa disposição. Poderemos aprovar decisões práticas, objetivas, inspiradas por sentimentos de profunda amizade pelos dois novos irmãos, deixando de lado posições utópicas e estereótipos.

Esta Primeira Conferencia pode ser o marco inicial para uma serenidade, na qual estejam presentes todos os povos americanos.

Poderemos dirigir-nos, representados por expressiva delegação de personalidades e entidades latino-americanas, até Portugal e Espanha para entreter nossa petição de anistia.

Poderemos atingir nosso objetivo: a anistia concedida, a anistia promulgada, a anistia transformada em caminhos de vida, a anistia dando arêdores que deveriam ter recebido a última esperança de respostas nova e profundamente mas não a perderam, anistia devolvendo à pátria aqueles que quanto mais permanecem fora dela, mais sentem a força que os atrai para ela.

Aqui ficam os melhores agradecimentos que podemos apresentar a todos os que ajudaram a esta Conferencia, direta ou indiretamente, dando-nos longas horas de suas preocupações como o fizeram tantas das personalidades brasileiras ou latino-americanas e os dirigentes estudantis e sindicais, ou dando-nos um simples minuto como fizeram tantos homens do povo, certos todos de que estamos contribuindo a felicidade humana, ao batalhar seriamente pela anistia aos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal

Intensa atividade desenvolveram as três Comissões — da Portugal, da Espanha e de Resoluções — nas sessões de trabalho que por largas horas se prolongaram. Este relatório que foi apresentado pelos relatores da Comissão dos Assuntos de Portugal:

"Inspirados nas claras diretrizes que conduzirão a convocação desta Conferencia, isto é, em seu sentido humanitário e construtivo, consideramos que nada há de mais urgente do que a obtenção imediata da libertação dos presos políticos e sociais de Portugal, assim como a consecução das mais firmes garantias para que os asiados possam reintegrar-se no seio de sua Pátria. Devemos lutar em favor do entendimento mais amplo entre todos os seus filhos, entendimento que leve o sossego às lareiras, que permita dedicar todas as energias e a inteligência do povo português ao progresso material e intelectual dessa nação tão nobre e sacrificada.



Comte. Sarmiento Pimentel agradeecendo por Portugal



Aspecto da Conferencia.

LIVROS NOVOS ANTI-SALAZARISTAS

"Os últimos dias do fascismo português"

de MARIA ARCHER

Exilada há meia dúzia de anos na terra democrática do Brasil, onde vem continuando a missão de escritora que na Pátria não pôde cumprir, Maria Archer acaba de publicar o livro que há muito tempo esperávamos sobre "Os Últimos Dias do Fascismo Português" (1). Trata-se, aliás, do 1.º volume das "Memórias dum processo político, julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial (Santa Clara), em Lisboa, em dezembro de 1952. Escritas sobre apontamentos, tomados durante as audiências, e revistas pelos principais réus, advogados e testemunhas".

Neste "processo" se viram envolvidos diversos militares e civis, nomeadamente o capitão Henrique Galvão, o brigadeiro António de Souza Maia, o coronel Luís Gonzaga Tadeu, o tenente-coronel Manuel Martins dos Reis, o chefe de polícia José António Fernandes, Ilídio Fernandes Correia, José Leal da Silva Tendeiro e João Soares de Sousa Machado. Foram todos acusados de preparação dum movimento revolucionário visando derrubar o governo salazarista. Outras individualidades que teriam estado ligadas ao movimento, segundo a polícia política (PIDE), não foram julgadas, dado que não se encontraram "provas" bastantes.

Mas que "provas" havia contra os réus? Em casa do capitão Galvão, a PIDE descobriu (por denúncia) um "plano" que pormenorizava as ações a desenvolver quando da eclosão do movimento revolucionário; defendeu-se, porém, Galvão, argumentando que se tratava do esboço de uma peça teatral e não bem o fez que nem a PIDE nem o tribunal (organismos afins ao regime salazarista) conseguiram documentar que algo da "peça" tivesse sido executado; quanto ao resto, a polícia que mantém o sr. Salazar no poder afirmava que os conspiradores se haviam reunido, embora nada lograsse testemunhar quanto ao sentido conspirativo das reuniões.

Este o relato que Maria Archer faz no seu oportuno livro. E é toda uma organização que se desmorona, quanto à isenção da "justiça" de Salazar, mais apurada em liquidar os inimigos do regime, confessos ou suspeitos, do que interessada em averiguar da prática de quaisquer atividades anti-constitucionais. Verifica-se ainda, no estranho "juízo", que só os acusadores (e, sobretudo, os agentes da PIDE) tiveram inteira liberdade de exprimir o que pensavam; os outros, acusados, testemunhas e advogados de defesa foram, a cada passo, impedidos de falar. Aliás, o "juiz" proibiu terminantemente quaisquer ataques ao governo salazarista e bem assim à sua torsionária "gestapo"... Tribunal? Não. Foi apenas uma farsa — mais uma — de entre as muitas que Salazar tem movido aos seus inimigos políticos, àqueles que, com armas desiguais, ao abrigo da Constituição que o próprio ditador fez promulgar, o têm combatido.

Magistral é o retrato psicológico que a escritora faz de cada um dos participantes da odiosa farsa, desde os "juizes" aos acusados e às testemunhas. Deve sublinhar-se, aliás, que a autora nos oferece não só um relato fiel, mas emocionante das audiências, do ambiente de subserviência do "tribunal", da arrogância dos agentes da PIDE e da coragem dos advogados, de suas interações a que ninguém respondeu, dos seus protestos que os "juizes" não ouviram. Como num romance de "suspense", as páginas vibrantes de Maria Archer, se confirmam os dotes excepcionais da escritora, dão, simultaneamente, a ideia nítida da covardia, da sabujice, da sem-vergonha de muitos dos assessores de Salazar. Como não havemos de indignar-nos quando verificamos os abusos e ilegalidades que cometem? Como não pediremos, um dia, castigo para todos os que praticaram crimes, para os juizes que não julgaram, para os polícias que torturaram, para os ladrões que roubaram a Nação?

No fim da farsa, dois dos "réus" foram condenados — o coronel Tadeu a 2 anos de prisão maior celular, ou,

em alternativa, na de três anos de degredo, em possessão de 2.ª classe, a determinar pelo governo; quanto ao capitão Galvão, foi-lhe aplicada a pena de 3 anos de prisão maior celular, ou, em alternativa, na de quatro anos e seis meses de degredo, também em possessão de 2.ª classe. Os restantes foram absolvidos, embora alguns tivessem permanecido 7 e 11 meses na cadeia... o que não lhes deu qualquer direito a indenização! E' assim a "justiça" de Salazar!...

No entanto, a tragi-comédia não fica por aqui. Depois da sentença (18-12-52) do Tribunal Militar Territorial, os dois condenados recorrem para o Supremo Tribunal de Justiça Militar; duas audiências apenas (20 e 21-2-53) e o "supremo tribunal de justiça militar" (salazarista) anula o julgamento e determina que outro se realize! A história do terceiro "julgamento" promete, entretanto, contá-la a escritora Maria Archer, no 2.º volume de "Os Últimos Dias do Fascismo Português"...

Ao fim e ao cabo, o "processo" tão somente pretendia a liquidação de Henrique Galvão, conforme destaca Maria Archer: "O (ex) deputado por Angola, num "aviso prévio", expôs à Assembléa Nacional, e ao País, as acusações que se continham nos seus relatórios esquecidos num "dossier", no ministério do Ultramar, e também as últimas anomalias observadas. Excepcionalmente, e ainda em virtude das antecipadas diligências de Henrique Galvão, a imprensa foi autorizada a relatar pormenorizadamente a sessão da Assembléa Nacional em que o "aviso prévio" explodiu sobre as águas dormentes do pantano. E então, num golpe de magia, a situação de Henrique Galvão transmutou-se; os homens da "oposição" viram nele um possível aderente; e a União Nacional, e a legião de aproveitadores da situação política simbolizada pela União Nacional, odiaram o discolor que denunciava latrocínios e ladrões e batia a primeira badalada no sino do alarme contra o saque de uma Nação".

Apenas uma nota curiosa: os militares "julgados", assim como algumas testemunhas de defesa (excepção feita ao Comandante Moreira de Campos), afirmaram-se leais participantes do movimento conhecido por "28 de maio", que veio a permitir a subida de Salazar ao poder, mas cujos princípios (segundo os referidos acusados e suas testemunhas) foram deturpados pelo atual governo de Lisboa. O fato merece destaque, pois alguns dos homens da ditadura proclamam-se hoje fervorosos "democratas" e certos insinuam, até, a necessidade de outro "28 de maio"... (Não se vê bem como, através de nova ditadura, redemocratizariam Portugal. Mas essa é outra história). J. A. N.

(1) Editora Liberdade e Cultura, São Paulo, 1959.

"A Voz" (carioca) do... "Dono"

O jornaleco que continua a publicar-se no Rio de Janeiro, graças aos subsídios do regime fascista e dos fascistas lusos e que, imprópriamente, pelo nome de "Voz de Portugal" (deveria chamar-se, com mais propriedade, "A Voz do... Dono"), não pára de transcrever artigos de jornais portugueses. E, como sempre, não declara onde vai roubá-los, muito embora não core de vergonha ao publicar trabalhos de eminentes democratas que, não raras vezes, têm curtido nas marmotas salazaristas a ousadia de escrever... o que não interessa ao "Dono". Mas "A Voz" (carioca) pouco se importa. Transcreve, talvez para dar a impressão de que intelectuais como António Sérgio, Vieira de Almeida, Jaime Cortezão e outros podem escrever...

Anotámos, num dos últimos números do imundo jornal, diversos artigos, como sempre roubados. Um deles, aliás, era uma "carta do Brasil publicada em "O Primeiro de Janeiro". Mas "A Voz... do Dono" não esteve com cerimónias... No mesmo número, viam-se outros artigos notoriamente roubados a jornais de Lisboa ou Porto. Procuraremos, na medida do possível, identificar esses artigos (de "A Voz e desse "Mundo", igualmente fascista e do Rio), à medida que os vimos publicados — e sem o normal certificado de origem...

TRIBUNA LIVRE

PAVANA PARA UM "INFANTE" DEFUNTO

HELDER MONTEIRO

Com a inauguração desta nova secção, que ultrapassa os limites de simples cartas à redação, abrimos esta coluna a todos os leitores que queiram dar-nos as suas impressões sobre os aspectos negativos do fascismo salazariano.

"Pavana para um "infante" defunto veio do Canadá, onde "Portugal Democrático" logrou uma penetração na colónia portuguesa que, se nos desvanecer, ajitamos, ao mesmo tempo, inteira compreensão e solidariedade ao nosso jornal.

Antes que o tempo — grande médico para grandes males — consuma a velha carcaça de um "infante" de 70 anos, por necessárias se impõem algumas considerações. O "infante defunto" lê-las-á, disse estamos certos, rit-se-á, talvez, ou é provável que diga uma ou duas imprecações. Seja como for, a reacção fica ao critério do cadáver e as considerações aqui vão:

Alguns democratas bem intencionados teimam no propósito nobre, mas em vão, de enviarem "cartas abertas" ao "defunto infante" como se ele vivo estivesse. De nada adiantam, portanto, tais cartas, "abertas" ou "fechadas", pois na sua mórbida condição, os sentidos do defunto não reagem ao conteúdo, seja este respeitoso, implorador ou tendente à chamada de sentidos humanos que no morto, por morto, já não existem.

A psicologia aplicável a este "infante" tem que ser vista por um outro prisma; não aquele por que qualquer um de nós, simples mortais, se veria reciprocamente. A psicologia referente a este espécime, a este género de "deus de trazer por casa", a esta "avis-rara", chamemos-lhe assim, tem que, forçosamente, ser diferente, pois a morta mentalidade desta ave é única no seu género e bem capaz de dar às voltas com qualquer espírito bem formado, mesmo, até, nos labirintos intrinsecos da Psicopatia. Não adiantam, pois, apelos à sua consciência — que a não tem — nem à sua inteligência e boa compreensão — que as tem, sim, mas no sentido negativo. O que importa dizer-lhe, portanto, enquanto os restos mortais conspurcam o bom ar da nossa Pátria, é o seguinte:

Sr. Defunto: Tenta você convencer — e, talvez, convencer-se a si próprio — de que é uma figura imprescindível, o "messias" de um povo, o salvador de uma pátria. Porém, sabe bem que o não é. Sabe bem que nunca o foi. Sabe, igualmente, que nunca o será! Para si, a História reserva-lhe apenas duas linhas: "Ditador durante trinta e alguns anos e instituídos de cópia fiel da famigerada Gestapo". Talvez acrescentem mais uma ou duas notas e é tudo: "Durante alguns anos fez trabalho como "arrumador da casa", no aspecto financeiro, se bem que "arrumação" feita à custa de sangria no povo. Durante a guerra de 39-45, tornou-se notável pela atitude de "feição frade" (ambígua, como este), tomada perante o Eixo e os Aliados".

E é tudo. Do falecido, dir-se-á apenas isto. Nada mais. Você sabe, sr. defunto, que teve uma oportunidade bastante razoável, muito airosa, até, de deixar o poleiro e a farta ração que você e os seus émulo diáriamente devoraram, apoiados na ação despota e criminosa da sua PIDE. Essa oportunidade, sr. defunto, sucedeu quando o seu títire (quero dizer, o seu candidato) perdeu, esmagadoramente, nos resultados das eleições que você e os seus sequazes, muito clinicamente, falsearam.

Nessa altura, junho de 1958, o defunto poder-se-ia ter ido embora que ninguém ousaria atacar o féretro. Não lhe lançariam flores, claro; mas também não arremessariam pedras. Nessa altura, ainda, poderia o defunto, antes de deixar o cetro e o manto, ir à rádio e à televisão, naquela sua voz tão característica, tão rouca, que nós, portugueses, infelizmente, conhecemos em demasia, proferir: "Portugueses!..." e, depois, poderia ter-se alongado em considerações de mais ou menos efeito fraseológico em que, de passagem, dissesse, por exemplo, que fez o que fez porque o

país necessitava de ordem, de progresso, etc., e que só um meio (quanto a si) havia de alcançar o alvo desejado: Ditadura.

Tivesse você feito esse ato de contrição, sr. defunto, tornando-se humilde o deus de pés-de-barro perante a lama de que o deus se fez e é possível que a "lama" o compreendesse. Talvez, até, a lama lhe perdoasse. Você, então, era um velho; não era, ainda, o defunto que agora é. Nessa ocasião, é possível que pulsasse ainda um coração no seu peito e os portugueses não maltratam velhos, sobretudo quando eles se mostram arrependidos do mal que fizeram ou do bem que deixaram de fazer.

Você, porém, sr. defunto, sequioso do Poder, medroso das consequências, se o deixasse, preferiu ficar no altar. Deixar-se incensar e bajular pela minoria oligárquica dos antropófagos que devoram os seus próprios irmãos e todo um país. Perdeu, assim, a última oportunidade de sair "a bem". Agora, o defunto só sairá completamente morto, ou então "a mal". Continua ignorando, majestaticamente, os poderes da Igreja — que o acusa —, de todo um Povo que o abomina, o despreza e interpreta o nome de Salazar como sinónimo de desgraça e de maldição que o povo português recebeu e que, teimosamente, persiste em ir ficando.

Não ficará, no entanto, sr. infante. Deus é bom, Deus é grande. ELE livrar-nos-á, muito em breve, do seu odor execrável de quase-cadáver, pestilento, chamando-o para o ajuste de contas. Assim seja. Assim será. Amen.

UM CONGRESSO OPORTUNO

Escreve-nos o sr. Manuel Domingues, residente na Rua São Luís Gonzaga, 594, apart. 103, no Rio de Janeiro, aplaudindo a ideia da realização, em São Paulo, do "Congresso dos Democratas Portugueses". Dessa carta, escolhida entre as inúmeras que recebemos já tratando desta manifestação recordada para 13 de Janeiro de 1960, recortamos as passagens que nos parecem mais expressivas. Eis o que declara, em síntese, o sr. Manuel Domingues:

"Li com atenção, através de "Portugal Democrático", a notícia de que será realizado em 1960, na Capital o CONGRESSO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES. Por esse motivo me dirijo a V. S. a fim de apresentar os meus parabéns aos senhores que tiveram tão brilhante ideia, sem dúvida a melhor forma de conseguirmos algo de concreto na luta contra a odiosa ditadura salazarista que cada vez mais arruína a nossa amada Pátria, e que sem dúvida será um marco na luta dos democratas, aliás um longo pensamento meu.

Considerando que já muito silenciamos depois da farsa das eleições, talvez por fraqueza de unidade e que os nossos inimigos aproveitam este silêncio para reorganizarem-se e negar-nos a capacidade combativa, para, subornando a imprensa, continuarem a fazer propaganda da ditadura às custas do mísero dinheiro do povo português, propagando o culto ao terror: eu penso que só uma medida como essa poderá pôr termo a essas coisas congregando em torno dos ideais sagrados da Democracia o grande número de democratas portugueses que como os cigamos, vivem espalhados pelo mundo, impossibilitados de os praticar dentro da sua Pátria.

Realmente, o C.D.P. será o órgão supremo dos democratas portugueses de todo o mundo. Ele poderá ser composto de delegações vindas do estrangeiro, representações de todas as entidades democráticas portuguesas de cada país e seus delegados devidamente credenciados a representar a maioria dos portugueses, levando-se em consideração o seu prestígio popular. Isto fará com que se reúnam mais de 500 líderes democratas de comprovada responsabilidade, em torno de uma única ideia: a derrubada de Salazar e sua ditadura, dentro do mais breve prazo possível.

Nosso propósito deve ser o de reunir todas as correntes da oposição, para que nos organizemos, pois traria grande prejuízo à causa da libertação do povo português qualquer discórdia surgida entre os diferentes grupos da oposição, pois que, no fundo, seu conteúdo é o mesmo — o ódio à ditadura.

Quando ao calendário, acho-o muito bom, e interessante será reunir o maior número possível de democratas portugueses, num grandioso conclave da confraternização portuguesa, pelos ideais da Democracia.

Desejando o mais pleno sucesso no Congresso agradeço a sua preciosa atenção e envio as minhas sinceras e cordiais saudações democráticas".

Os mediocres do regime ou a importância da gravata

Conhece-se a mediocridade de centenas, senão de milhares, dos fascistas que surgem quotidianamente, louvados como genios, nas colunas da imprensa censurada de Salazar. O ditador não os ignora, mas que há de fazer? Aproveita os santos costas, os teotónios, os Sehnutzs, os moreiras batistas, e outros burros nacionalmente conhecidos...

Não pensem os menos atentos que exageramos. Leia esta crónica que o escritor Luís Martins publicou recentemente em "O Estado de S. Paulo", sob o título de «A Importância da Gravata», e dedicada a um dos mais destacados mediocres que Salazar aproveitou para dirigir o Conservatório Nacional (de Música e Teatro), em Lisboa:

"De muito longe, lá das outras bandas do Atlântico, um velho amigo me manda, dentro de um envelope, um amarrotado recorte de jornal, com as seguintes palavras apressadamente tabiscadas à margem: "Ai tens tema para uma crónica das tuas! Abraços. N."

Como se tratava de uma simples reportagem do "Diário de Lisboa", do dia 19 de dezembro de 1959, noticiando a posse do sr. Alvaro Benamor no cargo de professor interino da cadeira da "Arte de representar" no Conservatório Nacional da capital portuguesa, no primeiro momento fiquei sem entender. Afinal, que tenho eu com Benamores (de quem nunca ouvira falar) ou com a arte de representar, ou com o Conservatório de Lisboa, que fica longe e pouco interesse deve despertar entre os leitores de São Paulo?

Mas, lendo o recorte, compreendi. Não se tratava propriamente da posse de Benamor, mas do discurso pronunciado na ocasião pelo dr. Ivo Cruz, diretor da escola, que o jornal lisboeta resume, em palavras que eu vou transcrever literalmente, para que se não diga que as deturpo com intenções de ridicularizá-las.

"Falando do significado da cerimónia — escreve o "Diário de Lisboa" — o dr. Ivo Cruz disse que a escolha dos professores de uma escola de arte não deve ser feita através de concursos e provas públicas, pois o que se deve medir, para além de sua competência na especialidade que vão ensinar, é a sua personalidade, a sua cultura geral, a sua representação social e até a sua aparência física. E isto porque os professores têm de ser exemplares em tudo e até no vestir".

Assim, pois, pelo visto, a admissão dos professores no Conservatório Nacional de Lisboa — e é bom que as nossas escolas vão tomando nota — se processa através de um concurso de beleza, cujas provas são realizadas num "atelier" de alfaiataria. Os candidatos, depois de cuidadosamente medidos — 1,20 m de personalidade, 80 centímetros de representação social, 1,70 m de aparência física — desfilam perante a banca examinadora, em roupa de passeio, em traje de cerimónia, de "short" e de pijama, e, no fim, aquele que alcançar maior número de pontos nas provas de personalidade, representação social, elegância e indumentária, estará apto a ensinar no Conservatório. O sr. Benamor foi o vencedor por uma diferença de 30 centímetros.

O dr. Ivo Cruz, em seu discurso, condenou com veemência "a crescente ânsia de proletarização, a superabundância dos trajes esportivos e a falta de respeito das hierarquias. O não uso da gravata, por exemplo, foi considerado pelo diretor do Conservatório como uma nitida e evidente falta de respeito".

O que me leva a supor que a gravata deve pesar consideravelmente nas atribuições de notas, nas provas do Conservatório. Dos boletins de exames constarão: Português, nota 4; Arte de representar, 5½; História do teatro, 3; gravata — zero. Reprovado.

Vão ver, vão ver, o dr. Ivo, além de diretor do Conservatório, é sócio de uma gravataria..."

PELA ANISTIA

ADOLFO CASAI MONTEIRO

Não sei qual a linguagem que a próxima «I Conferencia Sul-Americana pró-anistia para os presos e exilados políticos da Espanha e de Portugal», a realizar-se em S. Paulo nos dias 22, 23 e 24 do corrente mês de janeiro, decidirá usar, nas suas decisões finais. Será a de quem pede, ou a de quem exige? Pedir a Salazar e Franco, ou reclamar dos países democraticos que exijam aos dois tiranos essa anistia a favor da qual se vai congregar o mais generoso dos conclave?

Pela minha parte, faço votos para que não prevaleça nas decisões finais a letra morta das sutilezas jurídicas. O que compete a essa Conferencia é realmente exigir em nome da consciência humana, um termo para o infundavel sofrimento de todos os portugueses e espanhóis que uma vez caíram nas garras dos carrascos da Península — e não só para o sofrimento das victimas directas da tirania, mas para o de todos que, juntamente com eles, sofrem o que se sofre nos países fascistas, onde as consequências do «crime» vão atingir todos os familiares, pelas sanções economicas que quase sempre acompanham uma condenação.

Não há nada a pedir a Franco e a Salazar. Mas é necessario levar perante os governos que são ou se declaram democraticos a voz dos povos da America, para eles compreenderem que o silencio é cumplicidade. É necessario fazer sentir aos organismos internacionais que também presumem de expressões da democracia que faltam a deveres fundamentais enquanto permitem no seu seio a presença de ditaduras implacaveis para com as mais elementares expressões do espirito democratico.

Não me parece que a imprensa brasileira, no seu conjunto, esteja dando a tão nobre iniciativa como é esta Conferencia, o relevo que ela merece. O que é de estranhar, pois a esta mesma imprensa, quase sem excepções, pela sua insistente defesa dos principios democraticos, se deveu por uma grande parte o seu triunfo no caso do asilo dado pelo embaixador Alvaro Lins ao general Humberto Delgado. Pois de uma imprensa que assim é tão generosa e nobremente procedem não se podia esperar a quase indiferença de agora, quando se trata de dar um novo passo a bem desses mesmos principios. Ou dar-se-á o caso de estarem a ter sucesso certas intrigas cujo eco já me chegou?

Tenho uma certa repugnancia em me referir a esses rumores. É tocar numa das mais tristes expressões de mbecilidade do nosso tempo. Num coisa que já devia ter perdido toda a eficiencia, pelo uso que dela fizeram os ditadores falecidos, e fazem os que ainda por aí há. Trata-se, como o leitor decerto já advinhou, da conhecida manobra de chamar «comunistas» a qualquer coisa que se pretende inutilizar. Receita que à sã razão parece sem pés nem cabeça — mas que dá resultado. E ninguém parece lembrado dos abusos que ela pode encobrir, mesmo numa democracia: lembre-se o também já falecido senhor Mac Carthy...

Ora, o caso é o seguinte: supozhamos que a Conferencia em questão era de inspiração comunista... E depois? E se fôsse? Que poderiam os comunistas pretender, se não aquilo mesmo que todos os democraticos pretendem, isto é, a luta contra o fascismo iberico? Ou dar-

se o caso de haver por aí democraticas que mudam de opinião, quando «tinham» a mesma que os comunistas? Pois se há, é para pensar que essa democracia é mais que suspeita, pois se preocupa de quem faz, mas não daquilo que se faz...

Acontece, porém, que não há tal inspiração. Para atestar o que, bastaria a imponente lista de organizações e personalidades que subcreveram a convocação da Conferencia, se não bastassem os nomes que vejo na comissão coordenadora. É aliás da maxima insensatez admitirse que dado o objetivo, não accorressem ao apelo quantos democraticos existem por estas Americas; ou supõem esses suspeitos senhores, novos caçadores de feiteiras, macartizinhos de bolso, que os comunistas excedem em numero os democraticos, e, além disso, vão para a Conferencia dispostos a tirar dela... uma mensagem de apoio a Salazar e a Franco?!

É difficil e irritante falar em tais coisas. Mas é preciso. Bem se tem visto o mal que fazem as coisas deixadas na sombra. Enquanto não se debater com franqueza e honestidade este problema, haverá algo de podre na consciência democratica. É preciso acabar com os papões! Pela minha parte, recuso o nome de democraticos áqueles que querem resolver os problemas da União Sovietica, mas não movem uma palha para acabar com os crimes que se cometem em nome da democracia. Ou que, pior ainda, com o seu medo ás más companhias, acabaram por se meter com os piores salafários — só porque estes se declaram anticomunistas. O que seria muito corajoso... na União Sovietica...

O aspecto mais tenebroso disto é que essa conversa do anticomunismo tem servido principalmente para encobrir as mais indignas perseguições. Em que se diferencia dum salazarista ou dum franquista aquele suposto democratica que procura o prejuizo de outrem chamando-lhe comunista, embora sem a menor prova de que isso seja verdade? Pois há muitos desses «democraticos», ao que parece. E como não vêem os verdadeiros democraticos, mas iludidos pelo referido medo ás bruxas, que isso se verifica sempre no combate a alguma causa nobre? Como seja, por exemplo, aparecer logo o tal perigo, sempre que estão em jogo os interesses dos exploradores estrangeiros dos países subdesenvolvidos? Ou os interesses de quaisquer potentados nacionais, senhores feudais da terra ou da industria?

Não me afastei do assunto. Porque vão aparecer, decerto, vozes a perguntar por que não é a Conferencia «também» para reclamar anistia nos países de além-cortina. Ao que, me parece, há uma resposta muito clara a fornecer: é que o interesse primordial dos democraticos é o mundo que presume ser democratico. É a nossa casa. E que temos nós de arrumar a casa do próximo, quando a nossa não está em ordem? Lutamos contra a falsificação da democracia porque é um tema sobre o qual se presume que, na America, todas as vozes sãs devem estar de acordo. Temos uma causa evidente a defender, sem que isso deva suscitar discussões estereis. Causa que não envolve discussões politicas, é bom não esquecer!

Com effeito, a Conferencia não vai defender uma ideologia contra outra. A sua finalidade é defender direitos humanos essenciais, os mais elementares direitos humanos. De-

fender, até, os direitos dos adeptos dos regimes da Espanha e de Portugal, quando victimas a seu turno daquilo mesmo que defendem. Trabalhará para libertar o mundo ocidental do seu escandalo maior, que é a arbitrariedade imperante na Península Iberica, o desrespeito, por parte dos governos Português e espanhol, á Carta dos Direitos do Homem.

O silencio perante um movimento de solidariedade como este, só pode ter o nome de convivencia com os responsáveis e os beneficiarios das ditaduras franquista e salazarista. Estou certo de que, mais uma vez o Brasil saberá mostrar ao mundo que, neste país, democracia não é uma palavra vã.

O General Delgado presidiu às comemorações do "31 de Janeiro"

O Centro Republicano Português, de São Paulo, comemorou a passagem do aniversário do movimento do «31 de Janeiro», precursor da República, com uma sessão solene que foi presidida pelo sr. General Humberto Delgado, tendo sido conferencista da noite o Prof. Dr. Jorge de Sena, destacado escritor e membro do «Conselho de Redação» do PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

Nesta memorável sessão foram convidados a fazer parte da mesa, ladeando o Presidente Eleito da República Portuguesa, o Comandante Sarmiento Pimentel, que na qualidade de presidente do Centro Republicano Português, o saudou em elevados termos, representantes do Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, do jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO, da Associação General Humberto Delgado e do Centro Democrático Espanhol, que se associou às comemorações.

Embora no próximo numero o nosso jornal dedique a este excepcional acontecimento o relevo que lhe merece, PORTUGAL DEMOCRÁTICO, transmite desde já aos seus leitores a sua satisfação pela manifestação de unidade democratica na luta anti-salazarista que a sessão foi, bem como pela lúcida lição do conferencista que historiou o pseudo-problema monárquico em Portugal e apontou o «31 de Janeiro» como uma data altamente significativa para a compreensão dos problemas portugueses.

No final da sessão foi servido um coquetel, tendo o sr. General Humberto Delgado aproveitado a oportunidade para, democraticamente confraternizar com os seus correligionários.

Fugas em Portugal

Conforme se noticiou, evadiram-se das cadeias de Peniche e do Porto, várias figuras gratas da Oposição Portuguesa, longamente encarceradas e perseguidas pelos tenebrosos agentes de Salazar, entre as quais o Dr. Alvaro Cunhal. Até encerrarmos a nossa edição, todas as noticias recebidas confirmam que os esforços da tirania lusa para recapturar tão preciosos refens se malograram completamente, graças à serenidade com que a população portuguesa oculta e protege áesses heróis democraticos.

Quando da fuga de alguns deles de Peniche, as estradas que conduziam áquella localidade estavam em grande extensão, cobertas de tóbuas com pregos e cacos de vidro, que impediriam a passagem dos carros policiaes perseguidores.

Na hora em que mais um ditador — o famigerado Tujillo — tem o seu fim próximo, o povo português cada vez mais patenteia ao mundo a sua profunda unidade na luta contra os vampiros que há mais de trinta anos vivem do seu sangue.

A LIBAÇÃO HERÓICA

LUIS C. CALAFATE

Não conheço maior afronta aos oito séculos da Inteligência Lusitana do que a maneira como o Povo é posto ao corrente do que fazem os seus representantes no Poder.

Há não sei quantos anos que a informação diária da atividade governativa chega ao conhecimento do País através duma noticiazinha de chapa que reza assim: «Com o sr. Presidente do Conselho reuniram-se hoje os ministros tal e tal para tratar dos assuntos das respectivas pastas».

E pronto! Eis a receita considerada ajustada ao contribuinte: «Para quem é, bacalhau basta»...

O Santo Deus! as provações por que temos de passar!...

No entanto, diga-se em abono da verdade, as noticias são menos avaras no respeitante à vida vegetativa de S. Exas. «Almoçaram em... Dormiram no... Foram recebidos por... e receberam de...» E estes tesouros informativos são ilustrados em minúcia na televisão ou no cinema, focalizando S. Exas. sempre em primeiro plano a andar de cá para lá constantemente a cumprimentar-se. Tais cenas além de evidente interesse historico, são ainda um magnifico cartaz turistico porque se desentrolam na magnificência das nossas relíquias artisticas, como convém à alta dignidade dos personagens. Palácios, mosteiros, jardins, castelos, fortes, caçadas ao veado, animam-se agora com a benevolente presença de S. Exas. no elegante à vontade de legítimos anfitriões.

Ao considerarmos o fato, inundados um sentimento de indizível gratidão para com o copioso cotejo de santos, de heróis e de artistas que a nossa História assinala, a

cujos sacrificios devemos fortuna agora tão bem aplicada. Que outra nobreza podia aspirar com mais direitos ao usufruto do venerável legado? Tocado pelas mãos simplórias dum pelintra representaria profanação hedionda. Só a aristocracia administrativa pode arregar-se esse direito, a única que tem possibilidades financeiras de aguentar patrióticas ostentações de senhor feudal. Mais: ela tem a vantagem de não se apresentar surrada e enxovalhada pelos safanões da plebe. É um gosto em maneiras, sorrisos, afabilidade, delicadeza, na pele e no ademane justo, gracioso sem afetação, autenticamente da mais fina qualidade, primeira apanha mesmo. Mal iria se não se tivesse progredido da Idade Média para cá. Dantes eram valentes, de fato, arriscavam a vida que era um exagero, mas muito grosseiros, sujeitos da lama dos batalhões, com aqueles chapéus de ferro pesadíssimos que os despenteavam todos — um horror!

Houve, efetivamente progresso.

A linha, a hygiene, a compostura de hoje, aí estão para confirmá-lo. De resto, também arriscaram a vida na luta contra as pratadas dos constantes banquetes, atrás dos quais espreguia, traiçoeria, a congestão.

Não senhores! Não queremos tantos sacrificios, basta de tanto sofrer. A bravura tem limites e não é lícito correr tão grandes riscos só para dar ao Povo a reconfortante alegria de os ver fartos e nédios. Claro que, como estão habituados a muita comida, o único remédio é tirá-los da mesa. Manda a mais elementar hygiene — de V. Exas. e do País.

O NATAL DO PRÊSO POLÍTICO

Ao encerrarmos a lista dos donativos que ao nosso jornal foram enviados para os presos politicos portugueses, anotamos ainda a recepção das seguintes importâncias:

Do sr. Silvério da Costa Letra um segundo donativo de Cr\$ 3.000,00; 486,00, do sr. Leandro G. Per. Pinto; 300,00 do sr. João M. Janela; 200,00; do sr. Manoel J. Tabosa; 150,00, do sr. Henrique José Gonçalves, e 500,00 cruzeiros da maninha Sonia S Nunes.

O total das importâncias recebidas na administração de Portugal Democrático foi já enviado ao sr. Carvalho Duarte, diretor do jornal lisboeta «REPÚBLICA», juntamente com a seguinte carta:

Com a presente, temos a satisfação de remeter a V. Exa. o cheque n.º ER-1.216, do Banco Nacional do Comércio de São Paulo S/A sobre o Banco Borges & Irmão, do Porto, no valor de Esc. 5.319\$10, correspondente a Cr\$ 35.000,00, importância que os leitores de «Portugal Democrático» espontaneamente enviaram a este órgão da Democracia Portuguesa no Brasil.

A referida importância destinava-se a minorar, na quadra do Natal na medida do possível, a sorte de alguns dos presos politicos portugueses. Lamentavelmente, por dificuldades de transferência, só agora podemos efetuar a sua remessa. A V. Exa. confiamos, pois, o cuidado de distribuir a pequena importância, conforme seu critério, apenas solicitando nos acuse recepção a esta carta.

Aproveitamos a oportunidade para salientar que, no ano passado, enviámos também certa importância ao sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, com o pedido de a distribuir pelos presos politicos, mas, até hoje, embora saibamos que a mesma foi recebida, não obtivemos qualquer resposta.

Apresentamos a V. Exa., ao cor-

po redatorial de «República» e seus colaboradores e leitores,

Saudações Democráticas

Já depois de remetido o cheque a que acima fazemos referência, recebemos de Caracas, enviado pela Junta Patriótica Portuguesa, outro cheque da importância de 75 dólares, destinado também ao Natal do preso político. A iniciativa de reunir áqueles fundos foi do sr. Antonio Marques Brandão, secretário da J. P. P., conforme nos é comunicado em carta assinada pelo major Luis C. Calafate, nosso prezado colaborador.

Contribuíram para a nossa campanha (cambiados, os 251.25 bolívares renderam 75 dólares US) os seguintes democraticos portugueses da Venezuela:

António Marques Brandão Bs.	10.00
Simon Bolívar	5.00
Vladimiro Leninc	5.00
Meco	5.00
J. Crespo	5.00
Jorge Nunes	10.00
Fernando Natividade	10.00
Manuel dos Santos	10.00
Major Luis C. Calafate	5.00
Eng. Júlio C. Costa Mota	10.00
Victor Silva	15.00
Anónimo	10.00
Pulidor	5.00
Henrique Castro	20.00
Anónimo	2.00
Francisco de Oliveira Maranhate	10.00
Blanco y Peñalver	10.00
António Gomes da Silva	10.00
José da Costa Lopes	10.00
Maria de Jesus	5.00
João da Costa Lopes	5.00
Católica Amiga da Unidade	2.00
António Neiva	2.00
Grupo Recreativo «Los Caraqueños»	40.25
Rubem de Sousa	20.00
Assinatura Ilegível	10.00
Total Bolívares	251.25

A Conferencia Sul - Americana . . .

→ 5

Em representação de Portugal, o sr. comandante Jobo Sarmento Pimentel proferiu o seguinte discurso:

"Senhor Presidente e Senhores Delegados à 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Amistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses e Espanhóis: Senhoras e Senhores:

Como decano dos emigrados políticos portugueses, fui incumbido de saudar V. Exas. e agradecer-lhes a iniciativa e realização desta Conferência, cujo único objectivo é intervir, junto de quem de direito, para que acabem as prisões políticas e as cruéis perseguições aos portugueses e espanhóis, vítimas que são, desde há dezenas de anos até hoje, duma tirania tão desumana como aquela do jacobinismo e torturas dos tribunais e cárceres da Inquisição.

Depois de Torquemada nenhum outro inquisidor mais fanático, frio e soturno, martirizou o povo da Península Ibérica como esse sinistro Salazar. Nenhum bandoleiro com suas sanguinárias guardas pretorianas assolou a Meseta e fez sangrar o coração dos patriotas espanhóis como Franco e a Falange.

Vós vos apiedastes do nosso triste destino, e viestes aqui para dizer ao mundo civilizado que não sois indiferentes à desgraça, que vós comovemos as lágrimas, o luto, o desconforto, o terror, todas as dores físicas e morais de vossos irmãos de além-Atlântico; que pretendes, em nome dum sentimento de

dois maiores da vitória contra o indígena indomável, contra a natureza hostil. Deslumbamento, riqueza, miséria e grandeza da epopeia. Ficam a testemunhar, para a eternidade, a estupenda aventura, "Os Lusíadas" e o "Dom Quixote".

A Independência fecha o ciclo histórico com duas personagens tiradas da novela cervantina: Bolívar e D. João IV. O mundo ibero-americano entrava no concerto das nações independentes, conservando das origens o cunho das duas raças, e as duas línguas, além dum sentimento de afeto que diremos fraternidade agradecida, amizade sincera, saudade da casa paterna. Não nos surpreende, pois, a vossa atitude e interesse ante o nosso infortúnio, como a vós outros não deve surpreender a esperança e a fé (igual as que levavam na alma e no coração os de antanho a Compostela) com que ouvimos neste templo do Direito e da Liberdade o vosso apelo à consciência universal pela justiça da nossa Causa.

Vós ambicionais a paz e a alegria nos lares de vossos irmãos mais velhos, que lhes foram roubadas pelo jugo opressor daquelas aespidadas e enraivecidas tiranias. A força bruta, despótica, estúpida, rapace, diabólica, é senhora absoluta da liberdade de cada um que vive na Península Ibérica. É uma ameaça permanente à tranquilidade e aos direitos do homem e da mulher que ousem resistir à corrupção e ao medo dos ditadores. A lei é a vontade dos ferozes

ta e nobre linhagem, que é esta do nosso preito à vossa generosa fraternidade. Impellido pelo ânimo ardoroso dos meus companheiros, esqueço que estou velho e sinto-me possuído daquela força, entusiasmo e coragem, com que, quando moço, de armas na mão, defendi a República, a terra da Pátria, a Democracia.

Desta maneira me conveio ser impossível morrer como Cervantes matou o fidalgo manchego e aí vou eu, impenitente cavaleiro andante, de lança em riste, "sans peur et sans reproche", por nossa dama — a Liberdade! E lutarei, convosco e vosso aplauso, vencerei.

O ilustre Presidente desta magna e impressionante Assembleia, ensinou-nos que vencer sem lutar é triunfar sem glória. Ele latou até à última hora pela realização desta Conferência, lutou pelo Brasil de sempre — liberal, hospitaleiro, generoso, defensor dos direitos do homem, dos oprimidos. Lutou e venceu para honra e glória das tradições fidalgas do seu país. A Alvaro Lins, o embaixador daquela escola de Alexandre de Gusmão e do Barão de Rio Branco, os portugueses são devedores da mais sincera gratidão. A vós todos, ilustres delegados das nações sul-americanas aqui vindos num gesto de fraterna e comovedora amizade pelos portugueses e pelos espanhóis vítimas da mais cruel tirania que se instalou no Ocidente europeu, eu agradeço com o coração nas mãos o conforto e a esperança que nos destes.

Loucos de raiva, os ditadores foram impotentes para calar a voz da consciência sul-americana, voz cujo eco magnífico vai ser ouvido no mundo inteiro. Na verdade vos digo que os que choram foram consolados".



A fachada da Faculdade de Direito, onde se realizou a 1.ª Conferência.

fraterna amizade e por aquela dignidade da pessoa humana que existe em vossos países, pôr cobro a tanta ignomínia e a tanta ferocidade.

Nos últimos, emocionados e profundamente agradecidos, o vosso protesto contra os vergonhosos atentados à Justiça que dia a dia se praticam no velho e glorioso Portugal e bem assim na nobre e generosa e cavalheiresca terra de Cervantes.

Portugueses e espanhóis, sempre andamos juntos e fomos companheiros nas caminhadas heróicas da fé, da liberdade, da glória, através dos séculos. Assim também na "via crucis" da infelicidade e da opressão que degradam e atormentam a nossa consciência de democratas, a nossa cultura, os nossos direitos de povos independentes.

Iamos na Idade Média a Compostela, guiados pelo Estrada de Santiago, pedir ao Apóstolo que nos libertasse do jugo islâmico e desse a todos os nossos força e coragem, para aquelas batalhas, sem descanso e sem fim, da Reconquista.

Fomos, no Século de Quinhentos, ao descobrimento dos novos caminhos do Mundo. E que caminhos! — Fernão de Magalhães, João Sebastião de Elcano ("Primus Circumdidi Me"), Duarte Pacheco, Sargento de Gamboa.

Depois a invasão e posse deste Continente — Cortés e Raposo Tavares, os

executores da prepotência totalitária. A Justiça é exercida por juizes que em vez da toga "viril", vestem a jarda de lacaios duns senhores feudais, cheia de remendos de aviltamento e nódoas duma infância servil, venal, leprosa.

O nosso clamor, as nossas lágrimas, tantos sofrimentos, tantas privações, chegaram ao vosso conhecimento, comoveram os vossos corações, indignaram a vossa consciência de homens livres, ofenderam os vossos princípios cristãos. E os que têm sede de Justiça, os que choram, foram consolados, encontraram em público julgamento advogados e juizes que honram e dignificam a Lei, a Tradição, a Verdade, a Liberdade. É o este venerando e austero Tribunal que o pobre de mim teve de falar como testemunha da gratidão dos portugueses democratas e anti-salazaristas. Estão aqui presentes muitos dos meus patrícios com maiores possibilidades e reconhecida competência para tão honrosa missão. Professores universitários, advogados famosos, engenheiros, industriais, jornalistas de projeção internacional, homens do alto comércio, artistas, entre eles se escolheria por minha vontade e sensata opinião, o nosso delegado para vos saudar e agradecer.

Não entendetam assim os meus queridos patrícios. Esqueceram que já tenho mais de 71 anos e ordenaram-me que pedisse camp para lide de tão al-



Um aspecto do salão nobre, durante as discussões.

Aplaudido com entusiasmo por todos os presentes, o Embaixador Alvaro Lins — que foi a grande figura das magníficas jornadas de solidariedade — encerrou os trabalhos da 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Amistia aos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses com breves, mas sentidas e eloquentes palavras, salientando o êxito alcançado pela Conferência, e a todos incitando a continuarem a luta em favor dos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal.

OS PARTICIPANTES DA CONFERENCIA

Na impossibilidade de darmos notícia de todos os brasileiros, espanhóis e portugueses que de diversos pontos do Brasil se deslocaram a São Paulo, a fim de participarem na significativa manifestação de solidariedade aos povos de Portugal e de Espanha, queremos, no entanto, registrar nesta edição os nomes daqueles que do Exterior vieram até à Capital Bandeirante.

Faziam parte da delegação do Uruguai: Dr. Glaucio Segovia, Dep.; José Luiz Coitino, Sec. da Câmara Deputados; Dr. Alfredo Lepro, Senador; Agostin Caputi, Deputado; Ariel de La Sierra, Deputado; Dr. Hugo Ubilla, Deputado; Enrique Rodriguez, Deputado; Felipe Novea, Assoc. Uruguia de Escritores — Poeta; Paulina Medeiros, Assoc. Uruguia de Escritores — Novel;

Hugo Glavijo, Central Unica Trab. Uruguai; Geraldo Cuesta, Central Unica Trab. Uruguai; José Blanco; Sind. Unico Transporte Marítimo; Fernando Saibene, Sind. dos Tabaqueiros; Máximo Lozoya, Jornalista do «Espanha Democrática»; Antonio Guardiola, Representante Casa da Espanha do Uruguai; Manuel Garcia Puertas, Repres. Casa da Espanha do Uruguai; Prof. Luiz Guidotti, Repres. Federação Uruguia Magisterio; Prof. Lauro Fernandez, Repres. Comissão Patrocinadora Uruguai.

Da Argentina vieram:

Amadeo Porungo Donzo, Centro Estudantes de Direito; Herminio Alberto Candal, Centro Estudantes de Direito; Felix Santiago Barberis, Liga Argentina dos Direitos do Homem; Ernesto Martin, Liga Argentina dos Direitos do Homem; Guilherme S. Estevez Buero, Fed. Universitária Argentina; Pedro Basaldua, Escritor-Delegação Baseca, Argentina; Hector P. Agostin, Casa da Cultura Argentina; Aura Fleitas, União de Mujeres Argentinas; Bernardo Canal Feijoo, Soc. Argentina Escritores; Fulvio L. Baquero, Liga Argentina Direitos do Homem; Luiz F. Fiori, Bloco Comunista de Buenos Aires; David Tiefenberg, Partido Socialista Argentino; Hercules Solare, Soc. Argentina Artistas Plasticos; Noemi Nobile Soc. Argentina Artista Plasticos; Orlando Maria Speranza, Mov. Público de Mar del Plata; Juan J. Pefarrez, Confed. Estudantes Secundários; Luiz A. Panigo, Confed. Argentina de Professores; Juan Arbanet, Repatriado Espanha na Argentina; Francisco Pagés Ugarte, Com. Coordenadora

Finalmente o Paraguai rez-se representar pelos seguintes exilados: Gerónimo Daspett, Camponês; Emiliano Daspett, operário; Elvio Romero, Poeta; Raul Humberto Achon, Musico; Roberta Leon Fernandez, Contadora pública; Julio Cezar Maldonado, Metalurgico; Vitorino Cardoso, Metalurgico; Nicolas Peres Gonzales, Artista; Nicolas Coronel Centurion, Metalurgico.

EXPULSO DA VENEZUELA O EMBAIXADOR SALAZARISTA

No momento em que encerramos esta edição, comunicou-nos o correspondente do «PORTUGAL DEMOCRÁTICO» em Caracas que o embaixador de Salazar na Venezuela acabava de ser considerado «persona non grata» pelo governo democrático do presidente Betancourt, tendo já regressado a Portugal. O embaixador Branquinho destacara-se pela insolência com que defendia o fascismo luso. Teve a despedida que merecia por parte dos democratas portugueses da Venezuela, chefiados pelo Major Luis C. Calafate. No próximo número, publicaremos pormenorizada reportagem do sensacional incidente.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Diretor-Responsável
Otávio Martins de Moura
CONSELHO DE REDACÇÃO
João Alves da Silva, Neves, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Biddarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra
REPRESENTANTES
RIO DE JANEIRO — SUCURSAL:
Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
FORTALEZA: dr. Carlos d'Alge - Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24, Belo Horizonte (MG)
PORTO ALEGRE: Luis Firmino de Vilhena — Caixa Postal 413 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Heche Road — Cambrige — England

CANADÁ: Fernando Cliraco da Cunha — 14, Bellevue Ave., Toronto — Ontario — Canadá

FRANÇA: Wom's Ferreira Ratoio, Rue Christine, Paris, 6
VENEZUELA: Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3826, Candelaria — Caracas.

ARGENTINA: Jorge António - R. General Hornos n.º 1.000 — Caseros - Provincia de Buenos Aires

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.
Número avulso: 5,00 cr.
Assinatura especial: 100,00 cr.
Ass. para o Exterior: \$ 3,00 U.S.

Ano IV N.º 33 Fevereiro de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião do seu autor, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.